

## TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31.12.2012 E 2011

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

---

### 1. – CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Tractebel Energia S.A. (“Companhia”, “Tractebel Energia” ou “TBLE”) é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts* (ADR) Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A. (atual denominação da SUEZ-Tractebel S.A.), cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, é controlada pela International Power PLC (IPR), empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,3%<sup>3</sup> da capacidade instalada do país ao final de 2012. A capacidade instalada da Companhia, em 31.12.2012, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial de sete das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), é de 6.854,8 MW. Desse total, 80,3% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,3% de termelétricas e 2,4% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.12.2012, é de 3.804,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas<sup>4</sup>, três PCH, duas de fontes eólicas e duas com geração à biomassa.

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no ano de 2012, estão sumarizados a seguir:

---

<sup>3</sup> As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são examinadas pelos auditores independentes.

<sup>4</sup> O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

**a) Início da operação comercial das unidades 5 a 7 da Usina Hidrelétrica Estreito**

O início da operação comercial da 5ª, 6ª e 7ª unidades geradoras ocorreram em março, maio e agosto de 2012, respectivamente, adicionando 57 MW médios à energia assegurada para comercialização da Companhia. Com as novas unidades em operação a UHE Estreito atingiu 87,5% do total de sua capacidade instalada e 97,3% de sua capacidade comercial. A entrada em operação comercial da última unidade geradora está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013.

**b) Compromisso contratual (*covenant*) da 2ª emissão de debêntures da Tractebel Energia**

Em 10.05.2012, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª emissão aprovou a elevação do *covenant* da Companhia de 2,5 vezes para 3,5 vezes a relação “Dívida bruta / EBITDA”.

**c) Implantação de projetos eólicos**

A Companhia está em fase de implantação de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 115,4 MW e comercial de 58,2 MW médios. O investimento inicial estimado foi de R\$ 476.060 e o início da operação comercial está previsto para o segundo semestre de 2013. O projeto está sendo financiado com recursos do BNDES, no montante total de R\$ 358.000, dos quais R\$ 204.920 foram liberados em 2012.

**d) Medida Provisória nº 579**

Em 11.09.2012 foi publicada a MP 579, posteriormente convertida na Lei 12.783/2013, que aborda aspectos relativos às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e à redução de encargos setoriais visando a modicidade tarifária.

De acordo com a nova legislação, as concessões de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei das Concessões (Lei nº 8.987/95) e não licitadas, poderão ser renovadas, uma única vez, por prazo de até trinta anos, desde que os concessionários aceitem remuneração exclusivamente via tarifas para cobertura de custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, uso de transmissão e distribuição. Ademais, alguns encargos setoriais serão eliminados ou reduzidos do custo da energia, passando a ser mantido por meio de recursos do Tesouro Nacional, inclusive o relativo à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que é utilizada para o reembolso do custo do carvão mineral usado para termoeletricidade.

Os ativos de geração da Companhia não sofreram nenhum impacto direto advindo da nova legislação, no tocante à renovação das concessões, dado que a aquisição desses ativos se deu por meio de processos licitatórios realizados após a publicação da Lei nº 8.987/95.

**e) Elevação da capacidade de honrar os seus compromissos financeiros (*rating*)**

A agência Standard & Poor's elevou, em 27.09.2012, o *rating* de crédito corporativo de longo prazo da Companhia, na escala nacional Brasil, de 'brAA+' para 'brAAA', com perspectiva estável. Nesta mesma data a agência também reafirmou o *rating* de crédito corporativo de curto prazo 'brA-1'.

**f) Aquisição do projeto eólico Santa Mônica**

Em 22.10.2012, a Companhia assinou o contrato de aquisição do projeto eólico Santa Mônica, localizado no Estado do Ceará. O montante total da aquisição foi de R\$ 6.648. O projeto é composto por duas usinas com capacidade instalada total de 58,8 MW e capacidade comercial de 26,5 MW médios. O referido projeto se encontra em fase de estudos internos de avaliação quanto à sua implantação.

---

## **2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

**a) Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando um conjunto único, contendo as seguintes demonstrações contábeis:

**Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador do setor elétrico brasileiro, a Aneel.

**Demonstrações contábeis individuais**

As demonstrações contábeis individuais da Tractebel Energia, identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão convergentes com as normas IFRS, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas integrais e em conjunto que, pelas regras brasileiras, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

Não há diferenças entre o patrimônio líquido e os resultados da controladora e do consolidado constantes, respectivamente, das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente mencionadas.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações denominadas em moedas estrangeiras foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis.

**c) Segmento de negócios**

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentrou 99,5% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

**d) Demonstrações dos resultados de operações descontinuadas e dos resultados abrangentes**

Nos exercícios apresentados, a Companhia não teve descontinuidade em suas operações que demandassem a divulgação de resultado de operações descontinuadas, nem realizou transações que originassem resultados abrangentes e, em consequência, requeressem a apresentação específica da “Demonstração dos resultados abrangentes”.

**e) Lucro líquido por ação – básico e diluído**

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações nos exercícios apresentados.

**f) Demonstrações dos Valores Adicionados**

Este demonstrativo não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo apresentada em atendimento às exigências do CPC e em consonância com o previsto na norma.

**g) Uso de estimativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer essas estimativas, a administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, ao seguinte: (i) vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a estabelecida pela Aneel; (ii) provisões para cobrir riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; (iii) definição das taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente de ativos e passivos; (iv) premissas usadas para definição das taxas de descontos e da tábua de mortalidade para os cálculos das obrigações com benefícios de aposentadoria; e (v) cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

**h) Reclassificação de saldos contábeis**

No exercício de 2012, a Companhia passou a apresentar as contas relativas aos tributos a pagar e diferidos passivo, líquidas das correspondentes contas ativas, quando os referidos tributos estão relacionados às mesmas entidades tributárias e há a intenção da Administração da Companhia de quitá-los pelo valor líquido.

De modo a manter a comparabilidade entre os balanços divulgados, os saldos anteriormente apresentados nas rubricas “Impostos e contribuições sociais a recuperar” e “Imposto de renda e contribuição social ativo”, em 31.12.2011, nos montantes de, respectivamente, R\$ 85.429 e R\$ 239.935 (R\$ 62.633 e R\$ 288.413 em 31.12.2010), na controladora, e de R\$ 86.498 e R\$ 240.607 (R\$ 64.695 e R\$ 299.259 em 31.12.2010), no consolidado, foram reclassificados para as contas “Impostos e contribuições sociais a pagar” e “Imposto de renda e contribuição social diferido passivo”, respectivamente. Maiores detalhes estão descritos nas notas explicativas relacionadas às contas anteriormente citadas, quais sejam Notas 7, 18 e 22.

#### i) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 07.02.2013.

#### j) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da Tractebel Energia e de suas controladas e controladas em conjunto, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Tractebel Energia. As empresas consolidadas com a Tractebel Energia são as que seguem:

| Controladas integrais e em conjunto                          | Participação no capital integralizado e votante (%) |            |
|--|---|------------|
|  | 31.12.2012  | 31.12.2011 |
| Itá Energética S.A. (Itasa)                                  | 48,75   | 48,75      |
| Companhia Energética Estreito (CEE)                          | 99,99   | 99,99      |
| Companhia Energética São Salvador (CESS)                     | 99,99   | 99,99      |
| Lages Bioenergética Ltda. (Lages)                            | 99,99   | 99,99      |
| Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)              | 99,99   | 99,99      |
| Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP) | 99,99   | 99,99      |
| Tupan Energia Elétrica Ltda. (Tupan)                         | 99,99   | 99,99      |
| Hidropower Energia S.A. (Hidropower)                         | 99,99   | 99,99      |
| Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)                | 99,99   | 99,99      |
| Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)                              | 99,99   | 99,99      |
| Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)                      | 99,99   | 99,99      |
| Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)                       | 95,00   | 95,00      |
| Eólica Porto das Barcas S.A. (Porto das Barcas)              | 99,99   | 99,99      |
| Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)                      | 99,99   | 99,99      |
| Central Eólica Mundaú S.A. (Mundaú)                          | 99,99   | 99,99      |
| Central Eólica Guajiru S.A. (Guajiru)                        | 99,99   | 99,99      |
| Central Eólica Fleixeiras I S.A. (Fleixeiras I)              | 99,99   | 99,99      |
| Central Eólica Trairí S.A. (Trairí)                          | 99,99   | 99,99      |

A Companhia concentra a alocação de suas aplicações financeiras no Fundo de Investimento Energy Renda Fixa, um fundo de investimento exclusivo da Companhia, o qual é consolidado integralmente em suas demonstrações contábeis.

A controlada em conjunto Itasa é consolidada na proporção de 48,75% das suas contas patrimoniais e de resultado.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido de controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

---

### **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados, nas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

#### **a) Ativos financeiros**

##### **a.1) Caixa e equivalentes de caixa**

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

##### **a.2) Contas a receber**

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em análise individual dos clientes inadimplentes e constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis riscos de perda.

##### **a.3) Depósitos vinculados**

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.



## **b) Estoques**

São compostos por matérias primas para a geração de energia (carvão mineral, óleo combustível e biomassa), materiais de consumo e suprimentos, os quais são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor de realização.

## **c) Depósitos judiciais**

São registrados inicialmente pelo montante depositado acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

## **d) Investimentos**

A Companhia detém investimentos em sociedades controladas e participação em empresa controlada em conjunto.

### **d.1) Investimentos em empresas controladas direta ou indiretamente**

Os investimentos permanentes em controladas são aqueles sobre os quais a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto e tem o controle e poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter os benefícios de suas atividades.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados integralmente na Tractebel Energia para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

### **d.2) “Ágio” (direito de concessão) na aquisição de investimentos**

Na controladora, a diferença entre os valores pagos nas aquisições de controle e o valor do patrimônio líquido da sociedade investida está apresentada no investimento. O fundamento econômico da referida diferença (“Ágio”) corresponde aos direitos sobre as concessões ou autorizações pelo uso do bem público pelas empresas adquiridas.

No consolidado, a Companhia adotou as regras estabelecidas pelo IFRS 3 - *Business combination*, norma consistente com o CPC 15 - Combinação de Negócios. Em decorrência da adoção desses pronunciamentos os ativos líquidos (“patrimônio líquido”) da sociedade cujo controle foi adquirido foram reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, não havendo “Ágio” - custo de aquisição superior ao valor justo dos ativos líquidos - pelos conceitos estabelecidos nas regras do CPC.

### **d.3) Investimentos em empresas controladas em conjunto**

As controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Esses investimentos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados pelo método proporcional nas demonstrações contábeis consolidadas.

#### **d.4) Operações controladas em conjunto**

A Companhia possui operações controladas em conjunto através de consórcios. Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

#### **e) Imobilizado**

##### **e.1) Mensuração**

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Esses custos são deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução do valor recuperável do ativo (*impairment*), se aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No consolidado, os ajustes a valor justo referentes ao valor das concessões ou autorizações pelo uso do bem público, alocados nos balanços patrimoniais de aquisição dos investimentos, estão registrados de acordo com o estabelecido nos pronunciamentos relativos à combinação de negócios, os quais permitem o reconhecimento do valor justo da concessão ou autorização e o da unidade de geração como único ativo, intangível ou imobilizado, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. A Companhia optou por reconhecer os valores justos dessas concessões e autorizações pelo uso do bem público como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, os quais estão sendo depreciados na extensão dos respectivos contratos de concessão ou autorização.

##### **e.2) Depreciação**

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel - as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia estão demonstradas na Nota 12 – Imobilizado.



O método de depreciação adotado durante a fase de implantação das usinas, cujas operações comerciais das unidades geradoras são iniciadas ao longo de muitos meses, é o das “unidades produzidas”. Por esse método, os custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários incorridos até o início da operação comercial de cada unidade geradora, são depreciados de forma proporcional à energia assegurada que cada unidade geradora agrega à capacidade comercial. Após a entrada em operação da última unidade, o total do custo do ativo em operação passa a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel. A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.

#### **f) Intangível**

É registrado ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou de concessão e autorização.

#### **g) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment***

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

#### **h) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio**

Os instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio de acordo com a natureza do acordo contratual e as respectivas definições.

##### **h.1) Passivos financeiros**

##### **- Empréstimos, financiamentos e debêntures**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

##### **- Concessões a pagar**

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, as parcelas a pagar ao longo do prazo das concessões são registradas inicialmente pelo valor presente e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o desconto a valor presente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação, os valores correspondentes às concessões são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Durante a construção das usinas a atualização da obrigação, em função da taxa de desconto e da variação monetária, é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

## **h.2) Instrumento de patrimônio**

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de sua emissão.

### **i) Provisões**

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida na despesa financeira.

Os passivos contingentes avaliados como de risco de perda possível e remota não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa, quando necessário.

### **j) Obrigações com benefícios de aposentadoria**

São reconhecidas pelo valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de pensão com benefício de aposentadoria definido, líquido do montante dos ativos garantidores do plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação estimada final.

Os ganhos e perdas atuariais acumulados, apurados anualmente, que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (“corredor”), não são reconhecidos no passivo e resultado da Companhia ao final de cada exercício, momento em que são originados. Os ganhos e perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidos no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

Em razão da adoção desse método, os ganhos e perdas atuariais apuradas quando das avaliações atuariais anuais não são apresentados nos “Resultados abrangentes”.

### **k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados individualmente por entidade do grupo de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) na apuração dos impostos, o qual não considera as alterações na lei societária (Lei 11.638/07) para fins de determinação da base tributária. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias geradas pela adoção da nova lei societária foram registrados como tributos diferidos.

A subvenção governamental relativa ao benefício fiscal da redução de imposto de renda, concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para a Usina Ponte de Pedra, localizada na região incentivada, é reconhecida na reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. Estes são integralmente apresentados no grupo não circulante, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Os impostos e contribuições sociais correntes e diferidos são apresentados no ativo ou passivo, de forma líquida, quando os mesmos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver a intenção de quitá-los pelo valor líquido.

#### **l) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

#### **m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intercalares - quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio - na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

O Estatuto Social da Tractebel Energia prevê o pagamento de dividendos de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei. Esses dividendos são provisionados no encerramento do exercício social somente se os dividendos intercalares pagos e os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício forem inferiores ao mínimo obrigatório.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido, uma vez que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício.

A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

**n) Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

**o) Transações entre partes relacionadas**

Os contratos de mútuo são atualizados pelos encargos contratados e as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados.

**p) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

**q) Contratos de arrendamento (*leasing*)**

Os contratos de arrendamento são classificados como financeiro quando os termos do arrendamento transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. A Companhia, segundo sua avaliação, não possui operações de arrendamento financeiro. Todos os seus arrendamentos são avaliados como operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

**r) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluimos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

#### **- Obrigações com benefícios de aposentadoria**

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos decorrentes dos planos de benefício de pensão são determinados atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada.

A taxa de desconto usada para o cálculo do valor presente dos compromissos é definida na data do balanço patrimonial, com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com vencimentos similares aos esperados para os pagamentos dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade e previsão de crescimento salarial, de desligamento, e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

#### **- Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários.

#### **- Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2012 a Companhia, baseada em suas análises, não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

#### **- Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas**

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

#### **s) Pronunciamentos contábeis recentes**

Durante o exercício de 2012, somente a emenda ao IAS 12 (Tributos diferidos: realização de ativos correspondentes) teve vigência iniciada nesse exercício. A referida modificação na norma não resultou em efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia são as que seguem. Segundo a avaliação da Companhia, somente a alteração do IAS 19 (Benefícios a empregados), cuja adoção é obrigatória a partir de 01.01.2013, resultará em impacto no balanço patrimonial da Companhia na data da sua adoção.

#### **Adoção a partir de 01.01.2013**

- IAS 27 (Demonstrações contábeis separadas) - aborda questões relativas a investimentos em controladas, empresas com controles compartilhados ou associados quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

- IAS 28 (Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto) - está relacionado ao registro de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado.

- IFRS 10 (Demonstrações contábeis consolidadas) - estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas.

- IFRS 11 (Acordos com controle compartilhado) - aborda aspectos relativos à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Essa norma também limita o uso da consolidação proporcional às empresas com operações compartilhadas (*joint operations*), passando a requerer apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (*joint operations*). As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios e nas operações da Itasa justificam uma operação conjunta com outras entidades. Deste modo, não haverá nenhum efeito no balanço patrimonial e no resultado consolidado da Companhia em decorrência da adoção da nova prática contábil.



- IFRS 12 (Divulgação de participações em outras entidades) - está relacionado à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. A Companhia avalia que a aplicação da norma implicará em um maior conjunto de informações a serem fornecidas, sobretudo quanto a julgamentos e premissas significativas utilizadas para determinar a natureza e o tipo de negócio em conjunto, a estrutura acionária, os riscos inerentes e as consequências de mudanças na participação.

- IFRS 13 (Mensuração a valor justo) - define o conceito do valor justo e estabelece em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados ao mesmo, reduzindo a complexidade, aperfeiçoando a consistência de sua aplicação e aprimorando a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

- IAS 19 (Benefícios a empregados) - a revisão da norma elimina a abordagem do “corredor” que permite o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários deverão ser reconhecidos na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no Patrimônio Líquido. Até 31.12.2012, a Companhia vinha adotando o método do “corredor” para o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no seu resultado. A partir de 01.01.2013, em consequência da extinção desse método, os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Companhia serão reconhecidos no seu passivo, em contrapartida do Patrimônio Líquido. Em 31.12.2012, o montante referente ao ganho atuarial não reconhecido era de R\$ 59.714 (R\$ 39.411 líquidos de impostos), o qual será contabilizado em 01.01.2013, resultando na redução do passivo e no aumento do patrimônio líquido da Companhia.

- IAS 1 (Revisão da apresentação de itens de outros resultados abrangentes) - aborda aspectos relativos à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e estabelece a necessidade de segregar os itens que podem e não podem ser potencialmente reclassificáveis para o resultado, quando determinadas condições forem cumpridas.

- IFRIC 20 (Custos de remoção de estéril na fase de produção de mina de superfície) - diz respeito a procedimento contábil relativo à retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais.

- IFRS 1 (Empréstimos Governamentais) - adiciona uma exceção à aplicação retrospectiva das normas internacionais.

#### **Adoção a partir de 01.01.2014**

- Alterações do IFRS 10 (Demonstrações contábeis consolidadas), IFRS 12 (Divulgação de participações em outras entidades) e IAS 27 (Demonstrações contábeis separadas) - definem o conceito de uma entidade de investimento e introduzem isenção na consolidação das referidas entidades, cuja obrigatoriedade de adoção será a partir de 01.01.2014.

- IFRS 9 (Instrumentos financeiros) - tem o objetivo de substituir o IAS 39 (Instrumentos financeiros) – aborda as regras de reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases, cuja adoção se tornará obrigatória a partir de 01.01.2015.

A Companhia está avaliando se os efeitos oriundos da aplicação dos referidos pronunciamentos podem afetar suas demonstrações contábeis.

#### 4. – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|  | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31.12.2012   | 31.12.2011 | 31.12.2012  | 31.12.2011 |
| Caixa e depósitos bancários à vista                    | 3.207        | 960        | 13.832      | 5.274      |
| Aplicações financeiras:                                |              |            |             |            |
| - Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo           |              |            |             |            |
| Operações compromissadas com títulos públicos federais |              |            |             |            |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)                     | -            | 563.011    | -           | 735.639    |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN)                        | 728.976      | -          | 1.126.254   | -          |
|  | 728.976      | 563.011    | 1.126.254   | 735.639    |
| - Instituições Financeiras <sup>5</sup>                |              |            |             |            |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB)                 | 4.134        | 3.148      | 12.744      | 18.559     |
| Operações lastreadas em debêntures                     | -            | -          | 27.146      | 22.336     |
|  | 4.134        | 3.148      | 39.890      | 40.895     |
| Total das aplicações financeiras                       | 733.110      | 566.159    | 1.166.144   | 776.534    |
|  | 736.317      | 567.119    | 1.179.976   | 781.808    |

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE referem-se a transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2012 e 2011 foi de 100,5% e 100,2% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

Os CDB e as operações lastreadas em debêntures podem ser negociados a qualquer época sem comprometimento dos rendimentos.

<sup>5</sup> Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

## 5. – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Composição

|  | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| <b>Circulante</b>                              |                |                |                |                |
| Concessionárias                                | 253.084        | 247.788        | 369.657        | 319.930        |
| Comercializadoras                              | 135.532        | 124.038        | 64.279         | 51.395         |
| Consumidores livres                            | 20.972         | 21.836         | 185.741        | 151.841        |
| Outras   | -              | 740            | -              | 740            |
| Transações no âmbito da CCEE <sup>6</sup>      |                |                |                |                |
| - Correntes                                    | 9.456          | 19.879         | 9.691          | 21.758         |
| - Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)  | 2.665          | 2.665          | 2.665          | 2.665          |
| - Agentes com ações judiciais ou inadimplentes | 122.574        | 122.574        | 122.574        | 122.574        |
|  | <b>544.283</b> | <b>539.520</b> | <b>754.607</b> | <b>670.903</b> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa  | (131.282)      | (128.617)      | (131.691)      | (128.754)      |
|  | <b>413.001</b> | <b>410.903</b> | <b>622.916</b> | <b>542.149</b> |

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

### b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

#### Composição

|  | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| Comercializadora                             | 6.043          | 6.043          | 6.452          | 6.180          |
| RTE  | 2.665          | -              | 2.665          | -              |
| Agentes com ações judiciais ou inadimplentes | 122.574        | 122.574        | 122.574        | 122.574        |
|  | <b>131.282</b> | <b>128.617</b> | <b>131.691</b> | <b>128.754</b> |

A provisão sobre o saldo da conta “Agentes com ações judiciais ou inadimplentes”, no montante de R\$ 122.574, é composta pelos seguintes valores:

(i) R\$ 110.498 - corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, que não foram recebidas em função de determinados agentes devedores terem ingressado com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A provisão foi constituída em virtude das dúvidas quanto à realização dos valores relativos às referidas transações.

<sup>6</sup> Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

(ii) R\$ 12.076 - refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais a longa data. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

#### c) Composição das contas a receber vencidas

|                             | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                             | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| Vencidas até 30 dias        | 9.252          | 9.397          | 9.401          | 10.475         |
| Vencidas a mais de 91 dias: |                |                |                |                |
| - Com provisão constituída  | 131.282        | 128.617        | 131.691        | 128.754        |
| - Sem provisão constituída  | 1.143          | 3.405          | 1.160          | 3.688          |
|                             | <b>132.425</b> | <b>132.022</b> | <b>132.851</b> | <b>132.442</b> |
|                             | <b>141.677</b> | <b>141.419</b> | <b>142.252</b> | <b>142.917</b> |

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 30 dias nem para parte dos montantes vencidos a mais de 90 dias em razão da expectativa de recebimento de tais valores.

#### d) Acordo com cliente em recuperação judicial

Em fevereiro de 2012, determinada distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional entrou com pedido de recuperação judicial. Os valores a receber habilitados pela Companhia e suas controladas neste processo foram de R\$ 7.360. Em setembro de 2012, a Assembleia dos Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial da distribuidora, o qual prevê o pagamento desta dívida em sessenta parcelas iguais, a partir de janeiro de 2013.

Considerando que o acordo acima mencionado não previu a incidência de juros sobre os valores a receber, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 7,5% a.a., compatível com a natureza, prazos e riscos relacionados à transação. Os montantes relativos ao ajuste a valor presente, reconhecido no exercício de 2012, são de R\$ 712 e R\$ 1.295, na controladora e no consolidado, respectivamente.

Como resultado do acordo, os valores de R\$ 2.616 e R\$ 4.758, na controladora e no consolidado, respectivamente, cuja expectativa de recebimento é superior a doze meses, foram reclassificados para o ativo não circulante.

## 6. – ESTOQUES

|                                  | Controladora  |               | Consolidado   |               |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                  | 31.12.2012    | 31.12.2011    | 31.12.2012    | 31.12.2011    |
| Insumos para produção de energia | 6.211         | 3.739         | 6.917         | 6.312         |
| Almoxarifado                     | 31.927        | 29.249        | 34.041        | 30.534        |
| Adiantamentos a fornecedores     | 623           | 3.501         | 623           | 3.501         |
| Outros                           | 3.556         | 2.394         | 3.793         | 2.490         |
|                                  | <b>42.317</b> | <b>38.883</b> | <b>45.374</b> | <b>42.837</b> |

## 7. – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

|  | Controladora  |               | Consolidado    |                |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
|  | 31.12.2012    | 31.12.2011    | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| <b>Circulante</b>                      |               |               |                |                |
| PIS <sup>7</sup> e Cofins <sup>8</sup> | -             | -             | 54.799         | 60.698         |
| Imposto de renda e contribuição social | -             | -             | 9.451          | 1.463          |
| ICMS <sup>9</sup>                      | -             | -             | 194            | 146            |
| INSS <sup>10</sup>                     | 305           | 1.987         | 305            | 1.987          |
|  | <b>305</b>    | <b>1.987</b>  | <b>64.749</b>  | <b>64.294</b>  |
| <b>Não circulante</b>                  |               |               |                |                |
| PIS e Cofins                           | 1.131         | 4.639         | 106.831        | 137.832        |
| Imposto de renda e contribuição social | -             | -             | 5.766          | 9.756          |
| ICMS                                   | 12.683        | 11.460        | 15.581         | 14.413         |
| INSS                                   | -             | -             | 7              | 6              |
|  | <b>13.814</b> | <b>16.099</b> | <b>128.185</b> | <b>162.007</b> |

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

Os créditos relativos às aquisições de máquinas e equipamentos podem ser compensados no próprio mês de sua constituição e os oriundos de gastos com construções de edificações vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/24.

Conforme mencionado na Nota 18 – Impostos e contribuições sociais a pagar, parte dos tributos a recuperar, que até 31.12.2011 vinham sendo apresentados no ativo, foram reclassificados para a conta “Impostos e contribuições sociais a pagar”.

<sup>7</sup> Programa de Integração Social

<sup>8</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

<sup>9</sup> Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

<sup>10</sup> Instituto Nacional do Seguro Social

## 8. – DEPÓSITOS VINCULADOS

|   | Controladora  | Consolidado    |               |
|---|---------------|----------------|---------------|
|   | 31.12.2011    | 31.12.2012     | 31.12.2011    |
| <b>Circulante</b>                         |               |                |               |
| <b>Conta reserva - transações na CCEE</b> |               |                |               |
| Fundos de investimentos                   | 32.159        | -              | 32.159        |
| CDB e operações lastreadas em debêntures  | -             | 1.309          | 6.764         |
|   | <b>32.159</b> | <b>1.309</b>   | <b>38.923</b> |
| <b>Não circulante</b>                     |               |                |               |
| <b>Conta reserva - serviços da dívida</b> |               |                |               |
| Fundos de investimentos                   | -             | 101.431        | 86.025        |
| CDB                                       | -             | 1.879          | 4.542         |
|   | <b>-</b>      | <b>103.310</b> | <b>90.567</b> |

A conta reserva transações na CCEE destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado. Os montantes das garantias em cada período correspondem ao nível de exposição da Companhia nesse mercado.

A conta reserva serviços da dívida visa a garantia do pagamento dos serviços de dívida com os bancos financiadores, essencialmente, o BNDES e os bancos repassadores.

A rentabilidade média dos depósitos vinculados nos anos de 2012 e 2011 foi de 98,1% e 98,5% do CDI, respectivamente.

## 9. – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R\$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspenso os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre as parcelas pendentes de recebimento.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R\$ 116.492.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.



O valor nominal, em 31.12.2012, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), totaliza R\$ 126.576 (R\$ 116.172 em 31.12.2011). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. A Companhia tomou conhecimento deste pedido e, no mesmo mês, solicitou a impugnação de tal pedido.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste das contas a receber ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

## 10. – DEPÓSITOS JUDICIAIS

### a) Composição

|              | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|              | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| Fiscais      | 90.488         | 91.202         | 90.952         | 91.652         |
| Cíveis       | 14.490         | 9.727          | 15.506         | 10.725         |
| Trabalhistas | 3.638          | 3.130          | 3.953          | 3.455          |
|              | <b>108.616</b> | <b>104.059</b> | <b>110.411</b> | <b>105.832</b> |

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 31.12.2012, R\$ 39.368 (R\$ 40.627 em 31.12.2011) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de PIS e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 31.12.2012, é de R\$ 45.571, na controladora e no consolidado.

## b) Mutação

|                            | Controladora  |               |              |                | Consolidado   |               |              |                |
|----------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
|                            | Fiscais       | Cíveis        | Trabalhistas | Total          | Fiscais       | Cíveis        | Trabalhistas | Total          |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>84.720</b> | <b>40.996</b> | <b>5.599</b> | <b>131.315</b> | <b>85.075</b> | <b>42.485</b> | <b>5.904</b> | <b>133.464</b> |
| Adições                    | 78            | 10.674        | 717          | 11.469         | 159           | 11.631        | 811          | 12.601         |
| Atualizações               | 9.727         | 1.055         | 255          | 11.037         | 9.741         | 1.055         | 255          | 11.051         |
| Baixas e resgates          | (3.323)       | (42.998)      | (3.441)      | (49.762)       | (3.323)       | (44.446)      | (3.515)      | (51.284)       |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>91.202</b> | <b>9.727</b>  | <b>3.130</b> | <b>104.059</b> | <b>91.652</b> | <b>10.725</b> | <b>3.455</b> | <b>105.832</b> |
| Adições                    | -             | 5.652         | 779          | 6.431          | -             | 13.669        | 808          | 14.477         |
| Atualizações               | 7.751         | -             | 181          | 7.932          | 7.765         | 315           | 181          | 8.261          |
| Baixas e resgates          | (8.465)       | (889)         | (452)        | (9.806)        | (8.465)       | (9.203)       | (491)        | (18.159)       |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>90.488</b> | <b>14.490</b> | <b>3.638</b> | <b>108.616</b> | <b>90.952</b> | <b>15.506</b> | <b>3.953</b> | <b>110.411</b> |

## 11. – INVESTIMENTOS

### a) Composição

|   | Controladora     |                  |
|---|------------------|------------------|
|   | 31.12.2012       | 31.12.2011       |
| Participações societárias permanentes:            |                  |                  |
| Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial |                  |                  |
| Equivalência patrimonial                          | 2.649.730        | 2.433.138        |
| “Ágio” (Direito de concessão)                     | 114.262          | 117.974          |
|   | <b>2.763.992</b> | <b>2.551.112</b> |

### b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

#### b.1) Movimentação dos investimentos

|                            | Itasa          | CEE            | CESS           | Lages         | TBLC           | TBLP           | Outros     | Total            |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|------------|------------------|
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>291.743</b> | <b>868.509</b> | <b>351.733</b> | <b>71.193</b> | <b>65.431</b>  | <b>514.067</b> | <b>270</b> | <b>2.162.946</b> |
| Aumento de capital         | -              | -              | -              | -             | -              | 107.874        | -          | 107.874          |
| Equivalência patrimonial   | 26.280         | 46.899         | 9.042          | 3.005         | 102.823        | (1.359)        | -          | 186.690          |
| Baixa/reclassificação      | -              | -              | -              | -             | -              | (2.361)        | (269)      | (2.630)          |
| Dividendos                 | (6.742)        | -              | -              | (15.000)      | -              | -              | -          | (21.742)         |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>311.281</b> | <b>915.408</b> | <b>360.775</b> | <b>59.198</b> | <b>168.254</b> | <b>618.221</b> | <b>1</b>   | <b>2.433.138</b> |
| Aumento de capital         | -              | 46.999         | -              | -             | -              | 94.435         | -          | 141.434          |
| Equivalência patrimonial   | 32.631         | 41.319         | 17.241         | 7.280         | 145.307        | 19.763         | -          | 263.541          |
| Dividendos                 | (14.109)       | (20.359)       | (1.636)        | (7.280)       | (144.999)      | -              | -          | (188.383)        |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>329.803</b> | <b>983.367</b> | <b>376.380</b> | <b>59.198</b> | <b>168.562</b> | <b>732.419</b> | <b>1</b>   | <b>2.649.730</b> |

## Informações adicionais

| <b>Base 31.12.2012:</b>                     | <b>Itasa</b> | <b>CEE</b> | <b>CESS</b> | <b>Lages</b> | <b>TBLC</b> | <b>TBLP</b> |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| Ativo                                       | 769.992      | 2.691.577  | 1.341.435   | 69.884       | 382.324     | 1.241.041   |
| Passivo                                     | 93.469       | 1.708.210  | 965.055     | 10.686       | 213.762     | 505.959     |
| Patrimônio líquido                          | 676.523      | 983.367    | 376.380     | 59.198       | 168.562     | 735.082     |
| Receita líquida                             | 217.497      | 332.852    | 214.565     | 44.408       | 1.841.842   | 111.505     |
| Lucro líquido do exercício de 2012          | 66.935       | 41.319     | 17.241      | 7.280        | 145.307     | 20.189      |
| Capital social                              | 499.899      | 918.013    | 360.789     | 30.530       | 4.200       | 734.764     |
| Participação no capital total e votante (%) | 48,75        | 99,99      | 99,99       | 99,99        | 99,99       | 99,99       |

### b.2) “Ágio” (Direito de concessão) - Controladora

#### Movimentação

|                            | <b>CEE</b>    | <b>CESS</b>   | <b>Total</b>   |
|----------------------------|---------------|---------------|----------------|
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>86.448</b> | <b>33.369</b> | <b>119.817</b> |
| Amortização                | (576)         | (1.267)       | (1.843)        |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>85.872</b> | <b>32.102</b> | <b>117.974</b> |
| Amortização                | (2.446)       | (1.266)       | (3.712)        |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>83.426</b> | <b>30.836</b> | <b>114.262</b> |

Os valores relativos aos “Ágios” (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

### b.3) Informações sobre as controladas diretas

#### - Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa e a Tractebel Energia são as detentoras dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Itá (UHE Itá), localizada no Rio Uruguai (SC/RS), através de consórcio, do qual a Itasa participa com 60,5% e a Tractebel Energia com 39,5%. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios da energia assegurada da Usina de 720 MW médios. Os demais 52 MW médios (720 MW médios – 668 MW médios) da energia assegurada do empreendimento são detidos diretamente pela Tractebel Energia.

A Tractebel Energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) possuem o controle conjunto da Itasa, ambas com participação equivalente a 48,75% do capital votante e integralizado da sociedade. Os principais grupos do ativo, passivo, resultado e fluxo de caixa da Itasa, conforme demonstrados a seguir, foram consolidados na Tractebel Energia na proporção correspondente à sua participação no capital dessa empresa.

| <b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>                                | <b>31.12.2012</b> | <b>31.12.2011</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>ATIVO</b>  |                   |                   |
| Ativo circulante  | 90.730            | 81.729            |
| Ativo não circulante                                      |                   |                   |
| Realizável a longo prazo                                  | 38.412            | 44.239            |
| Imobilizado   | 640.842           | 675.349           |
| Intangível  | 8                 | 18                |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                     | <b>769.992</b>    | <b>801.335</b>    |
| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                       |                   |                   |
| Passivo circulante  | 87.660            | 100.175           |
| Passivo não circulante                                    | 5.809             | 62.637            |
| Patrimônio líquido  | 676.523           | 638.523           |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                                   | <b>769.992</b>    | <b>801.335</b>    |
| <b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>             | <b>31.12.2012</b> | <b>31.12.2011</b> |
| <b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>                          | <b>217.497</b>    | <b>242.913</b>    |
| <b>CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA</b>                          | <b>(109.821)</b>  | <b>(120.277)</b>  |
| <b>LUCRO BRUTO</b>  | <b>107.676</b>    | <b>122.636</b>    |
| <b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>                   |                   |                   |
| Despesas gerais e administrativas                         | (5.177)           | (15.023)          |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas         | 143               | (13.668)          |
| <b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b> | <b>102.642</b>    | <b>93.945</b>     |
| <b>Despesas financeiras, líquidas</b>                     | <b>(1.746)</b>    | <b>(12.275)</b>   |
| <b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>                           | <b>100.896</b>    | <b>81.670</b>     |
| Imposto de renda e contribuição social                    | (33.961)          | (27.762)          |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                         | <b>66.935</b>     | <b>53.908</b>     |

#### **- Companhia Energética Estreito (CEE)**

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da UHE Estreito, localizada no Rio Tocantins (TO/MA). As demais consorciadas são: a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa) e a Intercement Brasil S.A. (Grupo Camargo Corrêa), com participações de 30%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do consórcio cabe à CEE.

Durante o ano de 2012, mais três, das oito unidades geradoras, iniciaram a operação comercial. Com isso a UHE Estreito atingiu 951,14 MW, ou 87,5%, de sua capacidade instalada e 623,61 MW médios, ou 97,3%, de sua energia assegurada para comercialização. Em 2011 foram colocados em operação 543,5 MW de capacidade instalada e 192,8 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 50% e 75,1%, respectivamente. Resta apenas a entrada em operação da oitava unidade, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013.

#### - Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS detém a totalidade dos direitos de concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO), com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios.

#### - Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages é uma termelétrica que utiliza um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível, e está localizada no Município de Lages (SC). A Usina detém o registro no Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

#### - Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A TBLC tem como objeto social a comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação livre e regulada, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. As vendas para os clientes industriais da Companhia normalmente são realizadas pela TBLC.

#### - Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP é uma *holding* que tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias complementares da Companhia. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2012 das controladas da TBLP.

|  | Tupan   | Hidropower | Areia<br>Branca | Beberibe | Pedra<br>do Sal | Ibitiúva | EEN     | Porto das<br>Barcas |
|--|---------|------------|-----------------|----------|-----------------|----------|---------|---------------------|
| Capital social                                 | 80.379  | 33.393     | 84.160          | 60.230   | 33.133          | 36.576   | 148.530 | 4.302               |
| Ativo ajustado                                 | 166.101 | 140.442    | 143.416         | 188.179  | 119.058         | 122.802  | 354.301 | 4.500               |
| Passivo ajustado                               | 10.117  | 21.492     | 56.150          | 94.175   | 63.414          | 69.547   | 207.301 | 25                  |
| Patrimônio Líquido                             | 155.984 | 118.950    | 87.266          | 94.004   | 55.644          | 53.255   | 147.000 | 4.475               |
| Receita líquida                                | 14.761  | 13.812     | 15.614          | 26.050   | 19.866          | 21.402   | -       | -                   |
| Lucro líquido (Prejuízo)                       | 1.414   | 3.087      | 592             | 2.262    | 5.383           | 8.518    | (844)   | 155                 |
| Participação no capital<br>total e votante (%) | 99,99   | 99,99      | 99,99           | 99,99    | 99,99           | 95,00    | 99,99   | 99,99               |

As informações financeiras acima, quando aplicável, consideram o ajuste a valor justo dos balanços de aquisições nas combinações de negócios. Estes ajustes no balanço patrimonial consolidado correspondem ao ajuste a valor justo das autorizações para a exploração dos potenciais hidráulicos e eólicos. O seu registro foi feito como sendo um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, visto que as autorizações e as usinas não podem ser vendidas ou transferidas separadamente.

## - Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)

A EEN é uma *holding* constituída para controlar as empresas adquiridas para a construção dos parques eólicos do Projeto Trairi, no Estado do Ceará. As empresas controladas pela EEN são as seguintes:

| Empresa    | Usina                       | Capacidade     |                       |
|------------|-----------------------------|----------------|-----------------------|
|            |                             | Instalada (MW) | Comercial (MW médios) |
| Mundaú     | Central Eólica Mundaú       | 30,0           | 14,5                  |
| Guajiru    | Central Eólica Guajiru      | 30,0           | 16,3                  |
| Fleixeiras | Central Eólica Fleixeiras I | 30,0           | 15,2                  |
| Trairi     | Central Eólica Trairi       | 25,4           | 12,2                  |
|            |                             | <b>115,4</b>   | <b>58,2</b>           |

Os parques eólicos estão com as obras em estágio avançado e possuem previsão de serem concluídos no segundo semestre de 2013. Os investimentos totais previstos inicialmente foram de R\$ 476.060, dos quais R\$ 358.000 estão financiados por recursos do BNDES.

A energia a ser gerada pelas eólicas do Projeto Trairi tem sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

Em novembro de 2012, esses projetos obtiveram o registro pelas Nações Unidas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, permitindo a comercialização de créditos de carbono, o que ainda não ocorreu.

## 12. -IMOBILIZADO

### a) Composição

|                                     | Taxa média de depreciação % | Controladora      |                       |                  |                  |
|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------|------------------|------------------|
|                                     |                             | 31.12.2012        |                       |                  | 31.12.2011       |
|                                     |                             | Custo corrigido   | Depreciação acumulada | Valor líquido    | Valor líquido    |
| <b>Em serviço</b>                   |                             |                   |                       |                  |                  |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2,73                        | 4.406.702         | (2.247.251)           | 2.159.451        | 2.283.077        |
| Edificações e benfeitorias          | 3,05                        | 1.278.994         | (735.366)             | 543.628          | 580.294          |
| Máquinas e equipamentos             | 4,28                        | 5.559.332         | (3.557.390)           | 2.001.942        | 2.111.418        |
| Veículos                            | 14,29                       | 1.729             | (1.305)               | 424              | 496              |
| Móveis e utensílios                 | 6,25                        | 8.485             | (3.748)               | 4.737            | 4.547            |
| Obrigações especiais                |                             | (13.275)          | -                     | (13.275)         | (13.535)         |
|                                     |                             | <b>11.241.967</b> | <b>(6.545.060)</b>    | <b>4.696.907</b> | <b>4.966.297</b> |
| <b>Em curso</b>                     |                             |                   |                       |                  |                  |
| Edificações e benfeitorias          |                             | 16.501            | -                     | 16.501           | 12.625           |
| Máquinas e equipamentos             |                             | 20.452            | -                     | 20.452           | 63.210           |
| Adiantamento a fornecedores         |                             | 7.242             | -                     | 7.242            | 3.407            |
| Aquisições a ratear                 |                             | 1.141             | -                     | 1.141            | 2.643            |
|                                     |                             | <b>45.336</b>     | <b>-</b>              | <b>45.336</b>    | <b>81.885</b>    |
|                                     |                             | <b>11.287.303</b> | <b>(6.545.060)</b>    | <b>4.742.243</b> | <b>5.048.182</b> |



|                                     |                             | Consolidado       |                       |                  |                  |
|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------|------------------|------------------|
|                                     |                             | 31.12.2012        |                       |                  | 31.12.2011       |
|                                     | Taxa média de depreciação % | Custo corrigido   | Depreciação acumulada | Valor líquido    | Valor líquido    |
| <b>Em serviço</b>                   |                             |                   |                       |                  |                  |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 3,00                        | 6.822.542         | (2.463.664)           | 4.358.878        | 4.550.425        |
| Edificações e benfeitorias          | 3,26                        | 1.747.448         | (807.473)             | 939.975          | 991.768          |
| Máquinas e equipamentos             | 4,18                        | 7.555.435         | (3.862.620)           | 3.692.815        | 3.720.407        |
| Veículos                            | 14,29                       | 2.081             | (1.609)               | 472              | 524              |
| Móveis e utensílios                 | 6,25                        | 9.487             | (4.139)               | 5.348            | 5.584            |
| Obrigações especiais                |                             | (13.400)          | -                     | (13.400)         | (13.660)         |
|                                     |                             | <b>16.123.593</b> | <b>(7.139.505)</b>    | <b>8.984.088</b> | <b>9.255.048</b> |
| <b>Em curso</b>                     |                             |                   |                       |                  |                  |
| Reservatórios, barragens e adutoras |                             | 13.517            | -                     | 13.517           | 10.892           |
| Edificações e benfeitorias          |                             | 43.852            | -                     | 43.852           | 12.836           |
| Máquinas e equipamentos             |                             | 123.189           | -                     | 123.189          | 182.187          |
| Adiantamento a fornecedores         |                             | 132.630           | -                     | 132.630          | 106.980          |
| Aquisições a ratear                 |                             | 385.809           | -                     | 385.809          | 317.208          |
|                                     |                             | <b>698.997</b>    | <b>-</b>              | <b>698.997</b>   | <b>630.103</b>   |
|                                     |                             | <b>16.822.590</b> | <b>(7.139.505)</b>    | <b>9.683.085</b> | <b>9.885.151</b> |

## b) Mutação do ativo imobilizado

| Controladora               |                                     |                            |                         |              |                      |                      |                  |
|----------------------------|-------------------------------------|----------------------------|-------------------------|--------------|----------------------|----------------------|------------------|
|                            | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Outros       | Imobilizado em curso | Obrigações especiais | Total            |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>2.422.496</b>                    | <b>595.343</b>             | <b>2.227.806</b>        | <b>3.462</b> | <b>76.386</b>        | <b>(10.223)</b>      | <b>5.315.270</b> |
| Ingressos                  | -                                   | -                          | -                       | -            | 96.918               | (3.312)              | 93.606           |
| Reclassificação            | -                                   | -                          | -                       | -            | 5.699                | -                    | 5.699            |
| Transferências             | (21.437)                            | 19.306                     | 93.875                  | 5.374        | (97.118)             | -                    | -                |
| Baixas                     | -                                   | -                          | (5.388)                 | (16)         | -                    | -                    | (5.404)          |
| Depreciação                | (117.982)                           | (34.355)                   | (204.875)               | (3.777)      | -                    | -                    | (360.989)        |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>2.283.077</b>                    | <b>580.294</b>             | <b>2.111.418</b>        | <b>5.043</b> | <b>81.885</b>        | <b>(13.535)</b>      | <b>5.048.182</b> |
| Ingressos                  | -                                   | -                          | -                       | -            | 70.556               | 260                  | 70.816           |
| Transferências             | (6.419)                             | (941)                      | 113.769                 | 696          | (107.105)            | -                    | -                |
| Baixas                     | (235)                               | -                          | (10.211)                | (33)         | -                    | -                    | (10.479)         |
| Depreciação                | (116.972)                           | (35.725)                   | (213.034)               | (545)        | -                    | -                    | (366.276)        |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>2.159.451</b>                    | <b>543.628</b>             | <b>2.001.942</b>        | <b>5.161</b> | <b>45.336</b>        | <b>(13.275)</b>      | <b>4.742.243</b> |

| Consolidado                |   |                               |                            |              |                         |                         |                  |
|----------------------------|---|-------------------------------|----------------------------|--------------|-------------------------|-------------------------|------------------|
|                            | Reservatórios,<br>barragens e<br>adutoras | Edificações e<br>benfeitorias | Máquinas e<br>equipamentos | Outros       | Imobilizado<br>em curso | Obrigações<br>especiais | Total            |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>3.268.782</b>                          | <b>986.857</b>                | <b>3.470.028</b>           | <b>4.578</b> | <b>2.256.112</b>        | <b>(10.348)</b>         | <b>9.976.009</b> |
| Ingressos                  | -   | -                             | -                          | -            | 400.847                 | (3.312)                 | 397.535          |
| Reclassificação            | -   | -                             | -                          | -            | 5.699                   | -                       | 5.699            |
| Transferências             | 1.445.395                                 | 55.338                        | 526.394                    | 5.428        | (2.032.555)             | -                       | -                |
| Baixas                     | -   | -                             | (5.585)                    | (16)         | -                       | -                       | (5.601)          |
| Depreciação                | (163.752)                                 | (50.427)                      | (270.430)                  | (3.882)      | -                       | -                       | (488.491)        |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>4.550.425</b>                          | <b>991.768</b>                | <b>3.720.407</b>           | <b>6.108</b> | <b>630.103</b>          | <b>(13.660)</b>         | <b>9.885.151</b> |
| Ingressos                  | -   | -                             | -                          | -            | 354.108                 | 260                     | 354.368          |
| Transferências             | 9.981                                     | 1.622                         | 273.249                    | 362          | (285.214)               | -                       | -                |
| Baixas                     | (235)                                     | -                             | (10.301)                   | (33)         | -                       | -                       | (10.569)         |
| Depreciação                | (201.293)                                 | (53.415)                      | (290.540)                  | (617)        | -                       | -                       | (545.865)        |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>4.358.878</b>                          | <b>939.975</b>                | <b>3.692.815</b>           | <b>5.820</b> | <b>698.997</b>          | <b>(13.400)</b>         | <b>9.683.085</b> |

**c) Composição do imobilizado em serviço consolidado, por grupo de usinas**

| Consolidado       |                                |                    |                          |                  |                  |
|-------------------|--------------------------------|--------------------|--------------------------|------------------|------------------|
|                   | Taxa média de<br>depreciação % | 31.12.2012         |                          |                  | 31.12.2011       |
|                   |                                | Custo<br>corrigido | Depreciação<br>acumulada | Valor<br>líquido | Valor<br>líquido |
| <b>Em serviço</b> |                                |                    |                          |                  |                  |
| Hidrelétricas     | 3,16                           | 12.740.803         | (4.997.670)              | 7.743.133        | 7.978.593        |
| Termelétricas     | 5,62                           | 2.671.071          | (1.999.880)              | 671.191          | 678.471          |
| Biomassa          | 5,20                           | 180.046            | (44.080)                 | 135.966          | 142.366          |
| PCH               | 4,31                           | 300.507            | (52.278)                 | 248.229          | 259.640          |
| Eólica            | 4,55                           | 231.166            | (45.597)                 | 185.569          | 195.978          |
|                   |                                | <b>16.123.593</b>  | <b>(7.139.505)</b>       | <b>8.984.088</b> | <b>9.255.048</b> |

**d) Depreciação**

As vidas úteis estabelecidas pela Aneel, que correspondem a vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia são as seguintes:

|                                  | Depreciação<br>(% a.a.) | Vida útil<br>média (anos) |
|----------------------------------|-------------------------|---------------------------|
| Reservatórios e barragens        | 2,00                    | 50                        |
| Edificações e benfeitorias       | 4,00                    | 25                        |
| Geradores                        | 3,33                    | 30                        |
| Caldeiras                        | 4,00                    | 25                        |
| Turbinas hidráulicas             | 3,33                    | 30                        |
| Casas de força                   | 2,00                    | 50                        |
| Turbinas eólicas (aerogeradores) | 5,00                    | 20                        |
| Equipamentos gerais              | 6,25                    | 16                        |

Conforme a seguir mencionado, a depreciação dos valores correspondentes aos investimentos iniciais para a construção dos reservatórios e barragens e das casas de força, cujo prazo é superior ao das concessões, está limitada aos respectivos prazos das concessões.

No início de 2012, a Aneel emitiu Resolução Normativa estabelecendo novas taxas anuais de depreciação para determinados ativos vinculados à concessão e autorização para a geração de energia elétrica, aplicáveis a partir de 01.01.2012. A adoção das novas taxas não resultou em efeitos significativos na despesa de depreciação dos ativos da Companhia.

### **Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas**

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Companhia, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações, logo estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

### **e) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado**

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido, teve como contrapartida a conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R\$ 882.769 e R\$ 982.326, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2012 e 31.12.2011 foi de R\$ 90.515 e R\$ 86.595, respectivamente.

**f) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios**

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, é de R\$ 554.920 e R\$ 589.727, respectivamente, na controladora, e de R\$ 1.094.647 e R\$ 1.142.403, respectivamente, no consolidado.

**g) Apropriação dos encargos financeiros**

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, nos exercícios de 2012 e 2011, foram de R\$ 33.841 e R\$ 101.033, respectivamente.

**h) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)**

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

## i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

### - Concessões para a geração de energia hidrelétrica

| Concessões         | Detentor (a) da concessão | Capacidade instalada MW | Data do ato | Vencimento |
|--------------------|---------------------------|-------------------------|-------------|------------|
| UHE Salto Santiago | Tractebel Energia         | 1.420                   | 28.09.1998  | 27.09.2028 |
| UHE Salto Osório   | Tractebel Energia         | 1.078                   | 28.09.1998  | 27.09.2028 |
| UHE Passo Fundo    | Tractebel Energia         | 226                     | 28.09.1998  | 27.09.2028 |
| UHE Itá            | Tractebel Energia/Itasa   | 1.450                   | 28.12.1995  | 16.10.2030 |
| UHE Machadinho     | Tractebel Energia         | 1.140                   | 15.07.1997  | 14.07.2032 |
| UHE Cana Brava     | Tractebel Energia         | 450                     | 27.08.1998  | 26.08.2033 |
| UHE Ponte de Pedra | Tractebel Energia         | 176                     | 01.10.1999  | 30.09.2034 |
| UHE São Salvador   | CESS                      | 243                     | 23.04.2002  | 22.04.2037 |
| UHE Estreito       | Ceste                     | 1.087                   | 26.11.2002  | 26.11.2037 |

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas usinas Itá, Machadinho e Estreito, o equivalente a 1.126,9 MW, 403,9 MW e 435,6 MW, respectivamente, das capacidades instaladas das usinas, que correspondem às suas participações acionárias e/ou em consórcio.

### - Autorizações para geração termelétrica, eólica e pequenas centrais hidrelétricas

| Autorizações                                 | Detentor (a) da autorização | Capacidade instalada (MW) | Data do ato | Vencimento |
|--|-----------------------------|---------------------------|-------------|------------|
| <b>Usinas termelétricas (UTE)</b>            |                             |                           |             |            |
| Complexo Termelétrico Jorge Lacerda          | Tractebel Energia           | 857                       | 28.09.1998  | 27.09.2028 |
| UTE Charqueadas                              | Tractebel Energia           | 72                        | 28.09.1998  | 27.09.2028 |
| UTE Alegrete                                 | Tractebel Energia           | 66                        | 28.09.1998  | 27.09.2028 |
| UTE William Arjona                           | Tractebel Energia           | 190                       | 02.06.2000  | 28.04.2029 |
| Unidade de Cogeração Lages                   | Lages                       | 28                        | 30.10.2002  | 29.10.2032 |
| UTE Ibitiúva Bioenergética                   | Consórcio                   | 33                        | 05.04.2000  | 04.04.2030 |
| <b>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</b> |                             |                           |             |            |
| PCH Areia Branca                             | Areia Branca                | 20                        | 03.05.2000  | 02.05.2030 |
| PCH Rondonópolis                             | Tupan                       | 27                        | 19.12.2002  | 18.12.2032 |
| PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha         | Hidropower                  | 24                        | 19.12.2002  | 18.12.2032 |
| <b>Usinas eólicas (EOL) em operação</b>      |                             |                           |             |            |
| EOL Pedra do Sal                             | Pedra do Sal                | 18                        | 02.10.2002  | 01.10.2032 |
| EOL Beberibe                                 | Beberibe                    | 26                        | 04.08.2003  | 03.08.2033 |
| <b>Usinas eólicas (EOL) Projeto</b>          |                             |                           |             |            |
| EOL Trairi (em construção)                   | Trairi                      | 25                        | 20.09.2011  | 27.08.2041 |
| EOL Guajiru (em construção)                  | Guajiru                     | 30                        | 20.09.2011  | 27.08.2041 |
| EOL Mundaú (em construção)                   | Mundaú                      | 30                        | 20.09.2011  | 27.08.2041 |
| EOL Fleixeiras I (em construção)             | Fleixeiras I                | 30                        | 20.09.2011  | 27.08.2041 |
| EOL Porto das Barcas (em estudo)             | Porto das Barcas            | 30                        | 30.08.2011  | 09.07.2041 |

A Companhia possui 22,9 MW da capacidade instalada da Usina Ibitiúva Bioenergética, que corresponde às suas participações acionárias e no consórcio.

<sup>11</sup> As consorciadas são a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,90%) e Andrade Açúcar e Álcool (27,10%).

#### j) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

#### k) Bens da União Federal utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União Federal e cedida em regime especial de utilização.

### 13. – INTANGÍVEL

#### a) Composição

|                                       |                        | Controladora    |                       |                |               |
|---------------------------------------|------------------------|-----------------|-----------------------|----------------|---------------|
|                                       |                        | 31.12.2012      |                       | 31.12.2011     |               |
|                                       | Período de amortização | Custo corrigido | Amortização acumulada | Total          | Total         |
| Direito de uso                        | Até 2034               | 28.134          | (17.888)              | 10.246         | 10.824        |
| Ágio incorporado da CEM <sup>12</sup> | Até 02.2013            | 44.578          | (43.859)              | 719            | 5.028         |
|                                       |                        | <b>72.712</b>   | <b>(61.747)</b>       | <b>10.965</b>  | <b>15.852</b> |
|                                       |                        | Consolidado     |                       |                |               |
|                                       |                        | 31.12.2012      |                       | 31.12.2011     |               |
|                                       | Período de amortização | Custo corrigido | Amortização acumulada | Total          | Total         |
| Direito de uso                        | Até 2037               | 36.005          | (19.009)              | 16.996         | 14.292        |
| Direito de compra de energia          | 2013 a 2023            | 64.561          | -                     | 64.561         | 64.561        |
| Licença de operação                   | 2013 a 2014            | 22.243          | (7.687)               | 14.556         | -             |
| Direitos do Projeto Trairi            | 2013 a 2041            | 12.668          | -                     | 12.668         | 12.668        |
| Ágio incorporado da CEM               | Até 02.2013            | 44.578          | (43.859)              | 719            | 5.028         |
|                                       |                        | <b>180.055</b>  | <b>(70.555)</b>       | <b>109.500</b> | <b>96.549</b> |

<sup>12</sup> Companhia Energética Meridional, controlada incorporada pela Companhia em 2008.



### Descrição dos principais ativos intangíveis

Os direitos de uso decorrem, substancialmente, dos gastos com os direitos de passagem de linhas de transmissão e das licenças de softwares. Já o direito de compra de energia refere-se a aquisição dos direitos sobre contratos de compra de energia.

Os direitos sobre as licenças de operação correspondem aos custos necessários para a obtenção e manutenção da licença de operação da UHE Estreito.

Os direitos do Projeto Trairi decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios.

#### b) Mutação

|  | Controladora  | Consolidado    |
|--|---------------|----------------|
| <b>Saldo em 31.12.2010</b>             | <b>19.471</b> | <b>95.521</b>  |
| Ingresso                               | 3.722         | 13.757         |
| Transferência para o ativo imobilizado | -             | (121)          |
| Amortização                            | (7.341)       | (12.608)       |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b>             | <b>15.852</b> | <b>96.549</b>  |
| Ingresso                               | 2.516         | 28.284         |
| Transferência para o ativo imobilizado | -             | (24)           |
| Amortização                            | (7.403)       | (15.309)       |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b>             | <b>10.965</b> | <b>109.500</b> |

#### c) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do seu valor recuperável.

### 14. – FORNECEDORES

|                                  | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                  | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| <b>Circulante</b>                |                |                |                |                |
| Encargos de uso da rede elétrica | 36.423         | 93.500         | 44.413         | 98.979         |
| Energia elétrica comprada        | 17.277         | 98.408         | 62.984         | 87.970         |
| Transações no âmbito da CCEE     | 29.678         | 371            | 32.974         | 689            |
| Materiais e serviços             | 29.768         | 24.424         | 39.166         | 32.494         |
| Combustíveis fósseis e biomassa  | 9.579          | 1.037          | 9.579          | 873            |
| Fornecedores de imobilizado      | 4.821          | 1.900          | 30.212         | 13.331         |
|                                  | <b>127.546</b> | <b>219.640</b> | <b>219.328</b> | <b>234.336</b> |

Em 31.12.2012 a Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços, relacionados com a sua atividade operacional.

## 15. – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Composição

|   | Controladora   |                  |                  |                |                  |                  |
|---|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
|   | 31.12.2012     |                  |                  | 31.12.2011     |                  |                  |
|   | Circulante     | Não circulante   | Total            | Circulante     | Não circulante   | Total            |
| <b>Moeda nacional</b>                     |                |                  |                  |                |                  |                  |
| Bank of America Merrill Lynch             | 143.333        | 286.667          | 430.000          | -              | 430.000          | 430.000          |
| BNDES                                     | -              | -                | -                | 14.965         | 4.988            | 19.953           |
| Encargos                                  | 5.372          | -                | 5.372            | 8.886          | -                | 8.886            |
|   | <b>148.705</b> | <b>286.667</b>   | <b>435.372</b>   | <b>23.851</b>  | <b>434.988</b>   | <b>458.839</b>   |
| <b>Moeda estrangeira</b>                  |                |                  |                  |                |                  |                  |
| STN <sup>13</sup>                         | 8.876          | 93.692           | 102.568          | 12.374         | 97.605           | 109.979          |
| BNP Paribas ( <i>Floating Rate Note</i> ) | -              | 107.613          | 107.613          | -              | 97.088           | 97.088           |
| Encargos                                  | 5.425          | -                | 5.425            | 5.139          | -                | 5.139            |
|   | <b>14.301</b>  | <b>201.305</b>   | <b>215.606</b>   | <b>17.513</b>  | <b>194.693</b>   | <b>212.206</b>   |
|   | <b>163.006</b> | <b>487.972</b>   | <b>650.978</b>   | <b>41.364</b>  | <b>629.681</b>   | <b>671.045</b>   |
|   | Consolidado    |                  |                  |                |                  |                  |
|   | 31.12.2012     |                  |                  | 31.12.2011     |                  |                  |
|   | Circulante     | Não circulante   | Total            | Circulante     | Não circulante   | Total            |
| <b>Moeda nacional</b>                     |                |                  |                  |                |                  |                  |
| Bank of America Merrill Lynch             | 143.333        | 286.667          | 430.000          | -              | 430.000          | 430.000          |
| BNDES                                     | 103.047        | 1.459.830        | 1.562.877        | 106.829        | 1.319.263        | 1.426.092        |
| Bancos (Repasse BNDES)                    | 79.165         | 885.907          | 965.072          | 82.910         | 960.757          | 1.043.667        |
| Banco do Brasil                           | 3.966          | 15.203           | 19.169           | 3.966          | 19.169           | 23.135           |
| BRDE                                      | -              | -                | -                | 4.556          | -                | 4.556            |
| Encargos                                  | 13.231         | -                | 13.231           | 18.150         | -                | 18.150           |
|   | <b>342.742</b> | <b>2.647.607</b> | <b>2.990.349</b> | <b>216.411</b> | <b>2.729.189</b> | <b>2.945.600</b> |
| <b>Moeda estrangeira</b>                  |                |                  |                  |                |                  |                  |
| STN                                       | 8.876          | 93.692           | 102.568          | 12.374         | 97.605           | 109.979          |
| BNP Paribas ( <i>Floating Rate Note</i> ) | -              | 107.613          | 107.613          | -              | 97.088           | 97.088           |
| Encargos                                  | 5.425          | -                | 5.425            | 5.139          | -                | 5.139            |
|   | <b>14.301</b>  | <b>201.305</b>   | <b>215.606</b>   | <b>17.513</b>  | <b>194.693</b>   | <b>212.206</b>   |
|   | <b>357.043</b> | <b>2.848.912</b> | <b>3.205.955</b> | <b>233.924</b> | <b>2.923.882</b> | <b>3.157.806</b> |

<sup>13</sup> Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

## b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

|                            | Controladora   |                |                | Consolidado    |                  |                  |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
|                            | Circulante     | Não circulante | Total          | Circulante     | Não circulante   | Total            |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>49.577</b>  | <b>213.417</b> | <b>262.994</b> | <b>189.414</b> | <b>2.567.145</b> | <b>2.756.559</b> |
| Ingressos                  | -              | 430.000        | 430.000        | -              | 502.799          | 502.799          |
| Transferências             | 26.001         | (26.001)       | -              | 256.485        | (256.485)        | -                |
| Juros no resultado         | 36.489         | -              | 36.489         | 150.186        | 879              | 151.065          |
| Juros capitalizados        | -              | -              | -              | -              | 97.279           | 97.279           |
| Remuneração de garantia    | -              | (3.996)        | (3.996)        | -              | (3.996)          | (3.996)          |
| Variações cambiais         | 1.915          | 16.261         | 18.176         | 1.915          | 16.261           | 18.176           |
| Amortização de principal   | (44.557)       | -              | (44.557)       | (222.615)      | -                | (222.615)        |
| Amortização de juros       | (28.061)       | -              | (28.061)       | (141.461)      | -                | (141.461)        |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>41.364</b>  | <b>629.681</b> | <b>671.045</b> | <b>233.924</b> | <b>2.923.882</b> | <b>3.157.806</b> |
| Ingressos                  | -              | -              | -              | -              | 244.262          | 244.262          |
| Transferências             | 156.761        | (156.761)      | -              | 366.997        | (366.997)        | -                |
| Juros no resultado         | 49.043         | -              | 49.043         | 211.730        | 312              | 212.042          |
| Juros capitalizados        | -              | -              | -              | -              | 32.401           | 32.401           |
| Remuneração de garantia    | -              | (4.992)        | (4.992)        | -              | (4.992)          | (4.992)          |
| Variações cambiais         | 1.427          | 20.044         | 21.471         | 1.427          | 20.044           | 21.471           |
| Amortização de principal   | (32.706)       | -              | (32.706)       | (218.414)      | -                | (218.414)        |
| Amortização de juros       | (52.883)       | -              | (52.883)       | (238.621)      | -                | (238.621)        |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>163.006</b> | <b>487.972</b> | <b>650.978</b> | <b>357.043</b> | <b>2.848.912</b> | <b>3.205.955</b> |

### Liberações de financiamento durante o ano de 2012

O BNDES aprovou uma linha de crédito no montante de R\$ 358.000, destinado à implantação dos parques eólicos do Projeto Trairi - Mundaú, Fleixeiras I, Trairi e Guajiru. A Companhia, até 31.12.2012, tinha recebido o montante total de R\$ 204.920.

O BNDES liberou R\$ 40.055 do crédito relativo ao financiamento para a construção da UHE Estreito, permanecendo pendente de liberação o montante de R\$ 8.122.

### c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

|                          | Controladora   |               |                |               | Consolidado      |               |                  |               |
|--------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
|                          | 31.12.2012     | %             | 31.12.2011     | %             | 31.12.2012       | %             | 31.12.2011       | %             |
| <b>Moeda nacional</b>    |                |               |                |               |                  |               |                  |               |
| CDI                      | 435.372        | 66,88         | 438.801        | 65,39         | 435.372          | 13,58         | 438.801          | 13,90         |
| TJLP                     | -              | -             | 20.038         | 2,99          | 2.505.785        | 78,16         | 2.449.427        | 77,57         |
| Não indexado             | -              | -             | -              | -             | 49.192           | 1,53          | 57.372           | 1,81          |
|                          | <b>435.372</b> | <b>66,88</b>  | <b>458.839</b> | <b>68,38</b>  | <b>2.990.349</b> | <b>93,27</b>  | <b>2.945.600</b> | <b>93,28</b>  |
| <b>Moeda estrangeira</b> |                |               |                |               |                  |               |                  |               |
| Dólar norte americano    | 104.260        | 16,02         | 111.737        | 16,65         | 104.260          | 3,25          | 111.737          | 3,54          |
| Euro                     | 111.346        | 17,10         | 100.469        | 14,97         | 111.346          | 3,48          | 100.469          | 3,18          |
|                          | <b>215.606</b> | <b>33,12</b>  | <b>212.206</b> | <b>31,62</b>  | <b>215.606</b>   | <b>6,73</b>   | <b>212.206</b>   | <b>6,72</b>   |
|                          | <b>650.978</b> | <b>100,00</b> | <b>671.045</b> | <b>100,00</b> | <b>3.205.955</b> | <b>100,00</b> | <b>3.157.806</b> | <b>100,00</b> |

### d) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

|                       | 2012   | 2011   |
|-----------------------|--------|--------|
| CDI                   | 8,40%  | 11,60% |
| TJLP <sup>14</sup>    | 5,75%  | 6,00%  |
| Dólar norte americano | 8,94%  | 12,58% |
| Euro                  | 10,73% | 9,25%  |

### e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

|             | Controladora   |                   |                | Consolidado      |                   |                  |
|-------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------|
|             | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total          | Moeda nacional   | Moeda estrangeira | Total            |
| 2014        | 286.667        | 4.313             | 290.980        | 467.658          | 4.313             | 471.971          |
| 2015        | -              | 107.613           | 107.613        | 181.813          | 107.613           | 289.426          |
| 2016        | -              | -                 | -              | 182.710          | -                 | 182.710          |
| 2017        | -              | -                 | -              | 183.038          | -                 | 183.038          |
| 2018        | -              | -                 | -              | 178.899          | -                 | 178.899          |
| 2019 a 2023 | -              | -                 | -              | 868.908          | -                 | 868.908          |
| 2024 a 2028 | -              | 89.379            | 89.379         | 514.149          | 89.379            | 603.528          |
| 2029        | -              | -                 | -              | 70.432           | -                 | 70.432           |
|             | <b>286.667</b> | <b>201.305</b>    | <b>487.972</b> | <b>2.647.607</b> | <b>201.305</b>    | <b>2.848.912</b> |

<sup>14</sup> A TJLP foi reduzida de 6% para 5,5% a partir de julho de 2012.

## f) Condições Contratadas

| Empresas / Bancos                     | Juros                            | Condições de pagamento |                                       |                     |
|---------------------------------------|----------------------------------|------------------------|---------------------------------------|---------------------|
|                                       |                                  | Vencimento             | Principal e juros                     | Saldo em 31.12.2012 |
| Moeda nacional                        |                                  |                        |                                       |                     |
| Controladora                          |                                  |                        |                                       |                     |
| Bank of America Merrill Lynch         | 98% do CDI                       | 07.2014                | Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014 | 435.372             |
| Controladas                           |                                  |                        |                                       |                     |
| Itasa                                 |                                  |                        |                                       |                     |
| BNDES                                 | TJLP + 4% a.a. <sup>(a)</sup>    | 09.2013                | Mensais                               | 9.130               |
| Bancos (Repasse BNDES) <sup>(b)</sup> | TJLP + 3,85% a.a. <sup>(a)</sup> | 09.2013                | Mensais                               | 11.324              |
| CEE                                   |                                  |                        |                                       |                     |
| BNDES                                 | TJLP + 1,89% a.a. <sup>(a)</sup> | 09.2029                | Mensais                               | 892.353             |
| BNDES – Crédito Social <sup>(e)</sup> | TJLP                             | 06.2018                | Mensais                               | 20.755              |
| Bancos (Repasse BNDES) <sup>(b)</sup> | TJLP + 2,95% a.a. <sup>(a)</sup> | 09.2029                | Mensais                               | 605.447             |
| CESS                                  |                                  |                        |                                       |                     |
| BNDES                                 | TJLP + 2,7% a.a. <sup>(a)</sup>  | 10.2023                | Mensais                               | 173.893             |
| Bancos (Repasse BNDES) <sup>(b)</sup> | TJLP + 3,25% a.a. <sup>(a)</sup> | 10.2023                | Mensais                               | 351.212             |
| Hidropower (Banco do Brasil)          | 8,08% a.a. <sup>(c)</sup>        | 10.2017                | Mensais                               | 19.335              |
| Areia Branca (BNDES)                  | TJLP + 2,5% a.a. <sup>(a)</sup>  | 06.2024                | Mensais                               | 54.522              |
| Ibitiúva                              |                                  |                        |                                       |                     |
| BNDES (Subcrédito A e C)              | TJLP + 2,05% a.a. <sup>(a)</sup> | 01.2021                | Mensais                               | 28.985              |
| BNDES (Subcrédito B) <sup>(d)</sup>   | 4,5% a.a.                        | 01.2020                | Mensais                               | 29.857              |
| Beberibe (BNDES)                      | TJLP + 3,5% a.a. <sup>(a)</sup>  | 12.2023                | Mensais                               | 91.381              |
| Pedra do Sal (BNDES)                  | TJLP + 1,92% a.a. <sup>(a)</sup> | 12.2023                | Mensais                               | 61.974              |
| Mundaú (BNDES)                        | TJLP + 2,51% <sup>(a)</sup>      | 07.2029                | Mensais, após 08.2013 <sup>(f)</sup>  | 45.387              |
| Guajiru (BNDES)                       | TJLP + 2,51% <sup>(a)</sup>      | 07.2029                | Mensais, após 08.2013 <sup>(f)</sup>  | 55.714              |
| Fleixeiras I (BNDES)                  | TJLP + 2,51% <sup>(a)</sup>      | 07.2029                | Mensais, após 08.2013 <sup>(f)</sup>  | 56.223              |
| Trairi (BNDES)                        | TJLP + 2,51% <sup>(a)</sup>      | 07.2029                | Mensais, após 08.2013 <sup>(f)</sup>  | 47.485              |
| Moeda estrangeira                     |                                  |                        |                                       |                     |
| STN                                   | Libor + 1,075% a.a.              | 04.2024                | Semestrais                            | 104.260             |
| BNP Paribas (Floating Rate Note)      | Euribor + 2,75%a.a.              | 11.2015                | Anuais                                | 111.346             |

- <sup>(a)</sup> O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.
- <sup>(b)</sup> Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.
- <sup>(c)</sup> Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.
- <sup>(d)</sup> Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.
- <sup>(e)</sup> Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.
- <sup>(f)</sup> Para os financiamentos dos projetos eólicos no Ceará, a amortização do pagamento de principal e o pagamento de juros iniciar-se-ão em agosto de 2013.

### **Empréstimo no Bank of America Merrill Lynch**

Em julho de 2011, a Companhia contratou um empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch no valor de US\$ 273.537, equivalente a R\$ 430.000.

Faz parte da transação negociada com o Bank of America Merrill Lynch a contratação de uma operação de *swap* com a sua subsidiária brasileira, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, no valor de R\$ 430.000, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do CDI.

A instituição financeira que concedeu o empréstimo garante o pagamento de todos os fluxos de caixa decorrentes da operação de *swap* caso a sua subsidiária brasileira eventualmente não honre com as obrigações contratadas. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap* em base líquida, caso necessário, e fará estas liquidações, simultaneamente, nos seus respectivos vencimentos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que estes fluxos de caixa estarão expostos.

Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros será o equivalente a 98% do CDI.

### **g) Garantias**

#### **g.1) Controladora**

- **Moeda Nacional - Bank Of America Merrill Lynch:** nota promissória, no valor de US\$ 273.537, correspondentes a R\$ 558.973, em 31.12.2012, em favor do Bank of America N.A.

- **Moeda estrangeira - STN:** (a) cessão e transferência à União Federal dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R\$ 82.842, em 31.12.2012 (R\$ 70.562 em 31.12.2011), o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente, uma vez que o mesmo será utilizado obrigatoriamente para amortizar o principal no vencimento do contrato. Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.



## g.2) Controladas

### BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- **Financiamento de empreendimentos hidrelétricos:** (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, no contrato com a CEE, há a garantia do penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- **Financiamento de Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa e Eólicos:** (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

**Banco do Brasil:** (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

### h) Compromissos contratuais (covenants)

A Companhia possui os seguintes compromissos contratuais estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

| Dívida   | Covenants   |
|--|---|
| <b>Controladora</b>  |   |
| Bank of America Merrill Lynch                                  | EBITDA <sup>15</sup> /despesas financeiras consolidadas $\geq 2,0$<br>Dívida consolidada/EBITDA $\leq 3,5$  |
| <b>Controladas</b>   |   |
| BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - Itasa                         | Patrimônio líquido / ativo total $\geq 40\%$  |
| BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CEE e Areia Branca            | Índice de cobertura do serviço da dívida <sup>16</sup> $\geq 1,2$   |
| BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CESS, Beberibe e Pedra do Sal | Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$   |
| BNDES - Ibitiúva   | (i) Índice de Endividamento Geral $\leq 0,80$<br>(ii) Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$   |
| Banco do Brasil - Hidropower                                   | (i) Patrimônio líquido / ativo total $\geq 0,35$<br>(ii) Margem EBITDA <sup>17</sup> (EBITDA/ROL) $\geq 0,80$<br>(iii) EBITDA/ despesas financeiras $\geq 2,70$<br>(iv) Dívida financeira total / EBITDA $\leq 4,0$<br>(v) Ativo circulante / passivo circulante $\geq 1,2$<br>(vi) Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$ |

<sup>15</sup>EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização.

<sup>16</sup>Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

<sup>17</sup> Margem EBITDA: EBITDA / Receita operacional líquida (ROL)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. Os *covenants* dos financiamentos dos parques eólicos Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairí serão exigidos somente após a entrada em operação comercial de cada usina e corresponderá ao “Índice de cobertura do serviço da dívida”  $\geq 1,3$ .

## 16. – DEBÊNTURES

### a) Composição

|                          | Controladora e Consolidado |                |                |                |                |                |
|--------------------------|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                          | 31.12.2012                 |                |                | 31.12.2011     |                |                |
|                          | Circulante                 | Não circulante | Total          | Circulante     | Não circulante | Total          |
| 2ª Emissão – série única | 156.825                    | 158.548        | 315.373        | 149.046        | 299.328        | 448.374        |
| Cana Brava – série única | -                          | -              | -              | 15.880         | 8.526          | 24.406         |
| Juros                    | 13.217                     | -              | 13.217         | 18.614         | -              | 18.614         |
|                          | <b>170.042</b>             | <b>158.548</b> | <b>328.590</b> | <b>183.540</b> | <b>307.854</b> | <b>491.394</b> |

### b) Mutação das debêntures

|                            | Controladora   |                |                  | Consolidado    |                |                  |
|----------------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
|                            | Circulante     | Não circulante | Total            | Circulante     | Não circulante | Total            |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>895.178</b> | <b>765.964</b> | <b>1.661.142</b> | <b>905.017</b> | <b>782.344</b> | <b>1.687.361</b> |
| Transferências             | 484.054        | (484.054)      | -                | 500.434        | (500.434)      | -                |
| Juros gerados              | 87.387         | 2.509          | 89.896           | 89.109         | 2.509          | 91.618           |
| Variações monetárias       | 9.971          | 23.435         | 33.406           | 11.058         | 23.435         | 34.493           |
| Amortização de principal   | (1.169.274)    | -              | (1.169.274)      | (1.195.775)    | -              | (1.195.775)      |
| Amortização de juros       | (123.776)      | -              | (123.776)        | (126.303)      | -              | (126.303)        |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>183.540</b> | <b>307.854</b> | <b>491.394</b>   | <b>183.540</b> | <b>307.854</b> | <b>491.394</b>   |
| Transferências             | 160.909        | (160.909)      | -                | 160.909        | (160.909)      | -                |
| Juros gerados              | 28.705         | 126            | 28.831           | 28.705         | 126            | 28.831           |
| Variações monetárias       | 7.691          | 11.477         | 19.168           | 7.691          | 11.477         | 19.168           |
| Amortização de principal   | (176.786)      | -              | (176.786)        | (176.786)      | -              | (176.786)        |
| Amortização de juros       | (34.017)       | -              | (34.017)         | (34.017)       | -              | (34.017)         |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>170.042</b> | <b>158.548</b> | <b>328.590</b>   | <b>170.042</b> | <b>158.548</b> | <b>328.590</b>   |

### Alteração do compromisso contratual (*covenant*) da 2ª emissão de debêntures

A Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 10.05.2012, aprovou a elevação do compromisso contratual (*covenant*) da Companhia de 2,5 vezes para 3,5 vezes a relação “Dívida bruta / EBITDA”. Esta alteração resultou no pagamento de um prêmio de R\$ 1.076, equivalentes a 0,22% do valor nominal dessas debêntures.

#### c) Condições contratadas

|                          | Quantidade | Remuneração                  | Condições de Pagamento   |                             | Garantia     |
|--------------------------|------------|------------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------|
|                          |            |                              | Juros/variação monetária | Principal                   |              |
| 2ª Emissão - série única | 35.000     | IPCA <sup>18</sup> + 7% a.a. | Anualmente em 15.05      | 3 parcelas em 05.2012/13/14 | Sem garantia |

Nos anos de 2012 e 2011 o IPCA variou 5,84% e 6,5%, respectivamente. Os *covenants* das debêntures - EBITDA / despesas financeiras consolidadas  $\geq 2,0$  e Dívida consolidada / EBITDA  $\leq 3,5$  - estão sendo cumpridos pela Companhia.

## 17. – CONCESSÕES A PAGAR

|   | Controladora   |                | Consolidado      |                  |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
|   | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012       | 31.12.2011       |
| Usina Hidrelétrica Cana Brava               | 508.629        | 432.721        | 508.629          | 432.721          |
| Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra           | 459.258        | 395.652        | 459.258          | 395.652          |
| Usina Hidrelétrica São Salvador             | -              | -              | 419.712          | 401.132          |
| Usina Hidrelétrica Estreito                 | -              | -              | 41.327           | 36.447           |
|   | <b>967.887</b> | <b>828.373</b> | <b>1.428.926</b> | <b>1.265.952</b> |
| <b>Classificação no balanço patrimonial</b> |                |                |                  |                  |
| Passivo circulante                          | 3.129          | 2.643          | 48.800           | 45.688           |
| Passivo não circulante                      | 964.758        | 825.730        | 1.380.126        | 1.220.264        |
|   | <b>967.887</b> | <b>828.373</b> | <b>1.428.926</b> | <b>1.265.952</b> |

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

<sup>18</sup> Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

### Contrato de Concessão de UBP da UHE Estreito

Em atendimento à solicitação da Companhia, a Aneel aprovou, em 2012, a alteração do índice de atualização do contrato de IGP-M para o IPCA com o objetivo de equalizar a obrigação com o índice de atualização dos preços de venda de energia realizada no Ambiente de Contratação Regulada.

Ademais, em função da elevação da garantia física da usina de 584,9 MW médios para 641,08 MW médios, a parcela anual da UBP a ser paga pela controlada CEE passou de R\$ 3.819 para R\$ 4.186. A aplicação retroativa dessa alteração resultou em um pagamento adicional da UBP de R\$ 436 no ano de 2012.

### Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do IGP-M (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador), a seguir indicados, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

| Usinas e anos de pagamento               | Valor original  |                 | Valor atualizado |                  |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
|  | Pagamento Anual | Pagamento Total | Pagamento Anual  | Pagamento Total  |
| <b>Usina Hidrelétrica Cana Brava</b>     |                 |                 |                  |                  |
| Até 31.07.2023                           | 680             | 7.310           | 2.275            | 25.057           |
| De 01.08.2023 a 31.07.2033               | 61.280          | 612.800         | 210.575          | 2.105.753        |
|  |                 | <b>620.110</b>  |                  | <b>2.130.810</b> |
| <b>Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra</b> |                 |                 |                  |                  |
| Até 30.09.2019                           | 200             | 1.350           | 604              | 4.093            |
| De 01.10.2019 a 30.09.2020               | 16.200          | 16.200          | 49.154           | 49.154           |
| De 01.10.2020 a 30.09.2034               | 31.109          | 435.531         | 94.392           | 1.321.483        |
|  |                 | <b>453.081</b>  |                  | <b>1.374.730</b> |
| <b>Usina Hidrelétrica São Salvador</b>   |                 |                 |                  |                  |
| Até 30.04.2037                           | 20.000          | 488.333         | 43.776           | 1.088.139        |
| <b>Usina Hidrelétrica Estreito</b>       |                 |                 |                  |                  |
| Até 31.12.2037                           | 1.966           | 49.324          | 4.302            | 109.312          |

**a) Mutação**

|                            | Controladora |                |                | Consolidado   |                  |                  |
|----------------------------|--------------|----------------|----------------|---------------|------------------|------------------|
|                            | Circulante   | Não circulante | Total          | Circulante    | Não circulante   | Total            |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>2.499</b> | <b>718.526</b> | <b>721.025</b> | <b>42.297</b> | <b>1.092.650</b> | <b>1.134.947</b> |
| Transferências             | 2.672        | (2.672)        | -              | 47.834        | (47.834)         | -                |
| Juros no resultado         | -            | 66.543         | 66.543         | -             | 104.899          | 104.899          |
| Juros capitalizados        | -            | -              | -              | -             | 3.754            | 3.754            |
| Variações monetárias       | -            | 43.333         | 43.333         | -             | 66.795           | 66.795           |
| Amortizações               | (2.528)      | -              | (2.528)        | (44.443)      | -                | (44.443)         |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>2.643</b> | <b>825.730</b> | <b>828.373</b> | <b>45.688</b> | <b>1.220.264</b> | <b>1.265.952</b> |
| Ingresso                   | -            | -              | -              | -             | 3.515            | 3.515            |
| Transferências             | 3.210        | (3.210)        | -              | 52.165        | (52.165)         | -                |
| Juros no resultado         | -            | 78.822         | 78.822         | -             | 121.237          | 121.237          |
| Juros capitalizados        | -            | -              | -              | -             | 1.440            | 1.440            |
| Variações monetárias       | -            | 63.416         | 63.416         | -             | 85.835           | 85.835           |
| Amortizações               | (2.724)      | -              | (2.724)        | (49.053)      | -                | (49.053)         |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>3.129</b> | <b>964.758</b> | <b>967.887</b> | <b>48.800</b> | <b>1.380.126</b> | <b>1.428.926</b> |

**b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante**

|             | Controladora   | Consolidado      |
|-------------|----------------|------------------|
| 2014        | 2.556          | 44.850           |
| 2015        | 2.331          | 40.780           |
| 2016        | 2.126          | 37.071           |
| 2017        | 1.939          | 33.706           |
| 2018        | 1.769          | 30.649           |
| 2019 a 2023 | 209.311        | 318.768          |
| 2024 a 2028 | 453.900        | 521.839          |
| 2029 a 2033 | 277.950        | 320.121          |
| 2034 a 2037 | 12.876         | 32.342           |
|             | <b>964.758</b> | <b>1.380.126</b> |

## 18. – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

|   | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 30.12.2011     |
| <b>Federais</b>                                   |                |                |                |                |
| Imposto de renda e contribuição social            | 409.824        | 357.804        | 436.981        | 383.212        |
| PIS e Cofins                                      | 18.648         | 19.142         | 22.661         | 22.192         |
| INSS  | 3.597          | 3.663          | 4.277          | 4.228          |
| Outros  | 1.431          | 1.389          | 1.471          | 1.437          |
|   | <b>433.500</b> | <b>381.998</b> | <b>465.390</b> | <b>411.069</b> |
| (-) Tributos federais a compensar                 | (75.541)       | (78.079)       | (76.431)       | (78.832)       |
|   | <b>357.959</b> | <b>303.919</b> | <b>388.959</b> | <b>332.237</b> |
| <b>Estaduais</b>                                  |                |                |                |                |
| ICMS a pagar                                      | 6.110          | 7.443          | 27.457         | 26.584         |
| (-) ICMS a compensar                              | (1.717)        | (7.350)        | (1.724)        | (7.666)        |
|   | <b>4.393</b>   | <b>93</b>      | <b>25.733</b>  | <b>18.918</b>  |
| <b>Municipais</b>                                 |                |                |                |                |
| Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) | 623            | 471            | 1.384          | 854            |
|   | <b>362.975</b> | <b>304.483</b> | <b>416.076</b> | <b>352.009</b> |

A Companhia, no exercício de 2012, passou a apresentar os tributos a pagar, líquidos dos a compensar, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços demonstrados, os saldos anteriormente apresentados na conta “Impostos e contribuições a compensar”, em 31.12.2011, no montante de R\$ 85.429 na controladora (R\$ 86.498 no consolidado), foram reclassificados para a rubrica “Impostos e contribuições sociais a pagar”.

Do saldo de tributos federais a compensar acima apresentado, R\$ 69.326, na controladora e no consolidado, correspondem a crédito de PIS e Cofins reconhecido por decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia relativa à aplicação da Instrução Normativa 468/2004. Em 27.12.2012, a Companhia obteve despacho favorável da Receita Federal do Brasil quanto aos pedidos de habilitação de crédito, ficando apta a proceder à compensação, o que ocorrerá no início de 2013.

## 19. – PROVISÃO PARA REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

|   | Controladora  |               | Consolidado   |               |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
|   | 31.12.2012    | 31.12.2011    | 31.12.2012    | 31.12.2011    |
| <b>Passivo circulante</b>                         |               |               |               |               |
| Provisão para participação nos resultados e bônus | 35.311        | 34.303        | 35.311        | 34.303        |
| Provisão para férias                              | 18.606        | 15.744        | 18.991        | 16.423        |
| Provisão para gastos com demissão voluntária      | 7.069         | 2.783         | 7.069         | 2.783         |
| Outras  | 414           | 201           | 414           | 201           |
|   | <b>61.400</b> | <b>53.031</b> | <b>61.785</b> | <b>53.710</b> |



### Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial - aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculados aos resultados das suas áreas e ao desempenho individual.

## 20. – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

### a) Composição

| Riscos prováveis:                           | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| <b>Fiscais</b>                              |                |                |                |                |
| INSS  | 16.195         | 15.451         | 16.195         | 15.451         |
| Outros                                      | 4.767          | 2.418          | 6.533          | 2.418          |
|   | <b>20.962</b>  | <b>17.869</b>  | <b>22.728</b>  | <b>17.869</b>  |
| <b>Cíveis</b>                               |                |                |                |                |
| Tarifa de uso do sistema de transmissão     | 65.085         | 49.603         | 65.085         | 49.603         |
| Contratos com fornecedores                  | 25.549         | 23.815         | 25.549         | 29.619         |
| Benefícios de aposentadoria                 | 10.894         | 9.787          | 10.894         | 9.787          |
| Ambientais                                  | 7.873          | 7.069          | 7.873          | 7.069          |
| Doença ocupacional e acidente do trabalho   | 4.785          | 4.407          | 4.785          | 4.407          |
| Desapropriações                             | 15.298         | 3.620          | 15.298         | 3.620          |
| Ações diversas                              | 7.203          | 4.597          | 11.275         | 8.236          |
|   | <b>136.687</b> | <b>102.898</b> | <b>140.759</b> | <b>112.341</b> |
| <b>Trabalhistas</b>                         | <b>9.794</b>   | <b>10.996</b>  | <b>11.233</b>  | <b>10.996</b>  |
| <b>Total</b>                                | <b>167.443</b> | <b>131.763</b> | <b>174.720</b> | <b>141.206</b> |
| <b>Classificação no balanço patrimonial</b> |                |                |                |                |
| Passivo circulante                          | 28.439         | 7.640          | 29.170         | 8.615          |
| Passivo não circulante                      | 139.004        | 124.123        | 145.550        | 132.591        |
|   | <b>167.443</b> | <b>131.763</b> | <b>174.720</b> | <b>141.206</b> |

### **a.1) Riscos fiscais prováveis**

#### **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 31.12.2012 é de R\$ 14.151 (R\$ 13.428 em 31.12.2011).

### **a.2) Riscos cíveis prováveis**

#### **Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)**

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No ano de 2012 não houve qualquer alteração no andamento da ação, apenas a atualização dos montantes provisionados.

#### **Contratos com fornecedores**

- **Companhia de Interconexão Energética (Cien):** refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

A Tractebel Energia apresentou contestação em março de 2002, sendo que em setembro de 2006 foi decidido que a Aneel deveria ingressar no processo como ré, o que deslocaria a competência da Justiça Comum para a Justiça Federal.

Após longa tramitação foi fixada a competência da Justiça Comum para julgar o processo. Em 19.11.2012 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A Cien se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 31.12.2012 é de R\$ 21.658 (R\$ 19.754 em 31.12.2011).

- **Fornecedor de energia:** essa ação pleiteava a cobrança de valores apurados no âmbito do MAE (atualmente CCEE), durante o período de racionamento de energia, compreendido entre setembro de 2000 e dezembro de 2002, da controlada Itasa. Em dezembro de 2012 as partes envolvidas celebraram um acordo judicial para a conclusão e arquivamento da causa. O valor da baixa da provisão, correspondente à participação da Companhia nesta empresa, foi de R\$ 6.416.

### **Benefício de aposentadoria**

Refere-se, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual os participantes da fundação, autores na ação, requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria.

A decisão de primeiro grau, confirmada pelo TJSC, é contrária aos interesses da Eletrosul e ELOS. Em 2011 a Companhia firmou um acordo com a maior parte dos reclamantes. O montante estimado para cobrir os riscos relativos à ação dos reclamantes que não aderiam ao acordo é de R\$ 10.545 em 31.12.2012 (R\$ 9.469 em 31.12.2011).

### **Ambientais**

A Companhia responde atualmente a treze ações civis públicas ambientais. Os objetos dessas ações estão divididos da seguinte forma: (i) três ações cujo objeto versa sobre a implantação de eclusa, escada para peixes e “destoca” - ato de retirar ou arrancar o toco de uma árvore com as raízes - dos reservatórios das usinas hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago; (ii) oito ações requerem a implantação de reflorestamento e constituição de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas antes citadas; (iii) uma ação relativa aos supostos danos causados pelo enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Cana Brava; e (iv) uma ação decorrente do despejo de cinzas da Usina Termelétrica Charqueadas.

Em duas das oito ações relativas à implantação de APP foram proferidas decisões, às quais condenam a Companhia a apresentar projeto de reflorestamento e implantar APP de 100 metros no entorno do reservatório da usina Hidrelétrica Salto Santiago. A Companhia recorreu dessas decisões.

### **Doença ocupacional e acidente do trabalho**

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

### **Desapropriações**

A evolução no montante provisionado entre os anos de 2011 e 2012 decorreu, substancialmente, do ingresso de ações impetradas por pessoas físicas e jurídicas cujo objeto versa sobre desapropriações das áreas atingidas pelo reservatório das usinas hidrelétricas Cana Brava e Ponte de Pedra.

## Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações requerendo reassentamento rural ou emissão de carta de crédito e ações indenizatórias ajuizadas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

### a.3) Riscos trabalhistas prováveis

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicatos ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos de vínculo empregatício, FGTS, horas extraordinárias, complementação de benefício na Previdência Complementar e indenizações diversas.

### b) Movimentação das provisões para riscos prováveis

|                            | Controladora  |                |               |                |
|----------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                            | Fiscais       | Cíveis         | Trabalhistas  | Total          |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>32.260</b> | <b>105.892</b> | <b>13.579</b> | <b>151.731</b> |
| Adições                    | -             | 9.620          | 1.892         | 11.512         |
| Atualizações               | 2.939         | 11.499         | 1.229         | 15.667         |
| Pagamentos                 | -             | (15.056)       | (2.511)       | (17.567)       |
| Reversões                  | (17.330)      | (9.057)        | (3.193)       | (29.580)       |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>17.869</b> | <b>102.898</b> | <b>10.996</b> | <b>131.763</b> |
| Adições                    | 2.348         | 23.193         | 745           | 26.286         |
| Atualizações               | 789           | 12.886         | 776           | 14.451         |
| Pagamentos                 | -             | (733)          | (1.203)       | (1.936)        |
| Reversões                  | (44)          | (1.557)        | (1.520)       | (3.121)        |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>20.962</b> | <b>136.687</b> | <b>9.794</b>  | <b>167.443</b> |

|                            | Consolidado   |                |               |                |
|----------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                            | Fiscais       | Cíveis         | Trabalhistas  | Total          |
| <b>Saldo em 31.12.2010</b> | <b>32.260</b> | <b>108.443</b> | <b>13.579</b> | <b>154.282</b> |
| Adições                    | -             | 24.760         | 1.892         | 26.652         |
| Atualizações               | 2.939         | 11.695         | 1.229         | 15.863         |
| Pagamentos                 | -             | (15.065)       | (2.511)       | (17.576)       |
| Reversões                  | (17.330)      | (9.119)        | (3.193)       | (29.642)       |
| Reclassificação            | -             | (8.373)        | -             | (8.373)        |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b> | <b>17.869</b> | <b>112.341</b> | <b>10.996</b> | <b>141.206</b> |
| Adições                    | 4.112         | 24.093         | 2.184         | 30.389         |
| Atualizações               | 791           | 14.041         | 776           | 15.608         |
| Pagamentos                 | -             | (7.334)        | (1.203)       | (8.537)        |
| Reversões                  | (44)          | (2.382)        | (1.520)       | (3.946)        |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b> | <b>22.728</b> | <b>140.759</b> | <b>11.233</b> | <b>174.720</b> |

### c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

| Controladora |                |                |                |                |                |                  |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| 31.12.2012   |                |                | 31.12.2011     |                |                |                  |
|              | Risco possível | Risco remoto   | Total          | Risco possível | Risco remoto   | Total            |
| Fiscais      | 115.740        | 554.796        | 670.536        | 461.053        | 530.830        | 991.883          |
| Cíveis       | 15.143         | 412            | 15.555         | 9.631          | 371            | 10.002           |
| Trabalhistas | 6.774          | 27.829         | 34.603         | 10.940         | 15.407         | 26.347           |
|              | <b>137.657</b> | <b>583.037</b> | <b>720.694</b> | <b>481.624</b> | <b>546.608</b> | <b>1.028.232</b> |

| Consolidado  |                |                |                |                |                |                  |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| 31.12.2012   |                |                | 31.12.2011     |                |                |                  |
|              | Risco possível | Risco remoto   | Total          | Risco possível | Risco remoto   | Total            |
| Fiscais      | 163.999        | 557.582        | 721.581        | 499.551        | 530.830        | 1.030.381        |
| Cíveis       | 38.696         | 1.456          | 40.152         | 12.237         | 1.351          | 13.588           |
| Trabalhistas | 6.824          | 30.200         | 37.024         | 10.940         | 15.407         | 26.347           |
|              | <b>209.519</b> | <b>589.238</b> | <b>798.757</b> | <b>522.728</b> | <b>547.588</b> | <b>1.070.316</b> |

#### c.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

##### Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de “denúncia espontânea”, desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R\$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 31.12.2012 é de R\$ 55.502 (R\$ 52.809 em 31.12.2011).

## **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)**

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para um deles foi negado o provimento ao pedido, bem como indeferido o recurso e para o outro ainda se espera o julgamento na esfera administrativa. Em relação ao processo cujo recurso na esfera administrativa não foi aceito, a TBLC aguarda o processo de execução por parte da Secretaria da Fazenda para que possa realizar o embargo na esfera judicial.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 31.12.2012 é de R\$ 13.995 (R\$ 13.628 em 31.12.2011), na controladora, e de R\$ 52.902 (R\$ 51.694 em 31.12.2011), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.



### **Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea**

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita a quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2012 é de R\$ 29.688 (R\$ 28.524 em 31.12.2011).

#### **c.2) Riscos fiscais remotos**

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

#### **Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)**

Em 30.12.2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterando a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passando a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizadas com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizadas com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram, por unanimidade, procedente a impugnação. Esta decisão só será definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o CARF. Em razão desta decisão, a Companhia passou a avaliar o risco de perda da ação como remoto. O relator do processo no Conselho foi sorteado e será o representante dos contribuintes.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2012 é de R\$ 374.090 (R\$ 350.919 em 31.12.2011).

## **PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN 658/2006)**

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fossem submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando assim, o conceito do “preço predeterminado”, previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

A IN 468/2004 foi revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006, em face do advento do artigo 109 da Lei nº 11.196/2005, o qual estabeleceu que o preço predeterminado não fosse alterado caso o reajuste de preço ocorresse em função do custo de produção ou da variação do índice que refletisse a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados. Contudo, apesar da ressalva incorporada à IN 658/2006 decorrente da referida lei, as exigências questionadas para a Companhia foram mantidas.

Em outubro de 2006, o Tribunal Regional Federal (TRF), assegurou à Companhia o direito de recolher as contribuições do PIS e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto na Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN 468/2004, propiciando à Companhia suspender os depósitos judiciais iniciados em junho de 2005. No entanto, a decisão do TRF não contemplou a IN 658/2006, fazendo com que a Companhia apresentasse recurso especial ao STJ.

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face da decisão do TRF, o qual não foi admitido, motivo pelo qual, em abril de 2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF em relação à IN 468/2004.

Por esta razão, em julho de 2010, foi deferido o pedido de expedição de alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados no período de junho de 2005 a junho de 2006, ficando pendente de liberação o indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005 e os depósitos realizados no período de julho de 2006 - mês de publicação da IN 658/2006 - a outubro de 2006 – mês da decisão do TRF. As restrições para a repetição de indébito e para o resgate dos depósitos judiciais foram impostas pela RFB sob o argumento de que o Mandado de Segurança em questão não havia transitado em julgado.

Considerando que o Recurso Especial interposto pela Companhia não foi conhecido pelo STJ, em virtude da ausência de interesse recursal, haja vista que o TRF acolheu integralmente o pedido da Companhia de permanecer na sistemática da cumulatividade, tal processo, teve o seu trânsito em julgado no mês de junho de 2012, não havendo mais quaisquer discussões envolvendo as referidas Instruções Normativas (468/2004 e 658/2006).

Como não há mais discussão a respeito das referidas IN, após esta decisão, a Companhia, em junho, deixou de apresentar no quadro demonstrativo de contingências o valor de R\$ 373.457, que vinha sendo demonstrado como de risco remoto.

Em relação ao montante depositado em juízo, referente aos depósitos judiciais efetivados de julho a outubro de 2006, foi publicado, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento efetuado pela Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação de tais depósitos, em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Porém, em 10.08.2012 a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para levantamento dos referidos depósitos judiciais, para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. Intimada a se manifestar a Companhia requereu o indeferimento do pedido da União Federal, tendo sido mantida a ordem de expedição do alvará.

Contra a decisão que manteve esta ordem, a União Federal interpôs um recurso jurídico denominado “Agravo de Instrumento”, no qual obteve liminar, sendo que a questão será examinada no julgamento do recurso após o pleno contraditório das contrarrazões. O montante do depósito atualizado em 31.12.2012 é de R\$ 45.659 (R\$ 41.496 em 31.12.2011).

A Companhia também protocolou, em 11.09.2012, o pedido de habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado relativo ao indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005, cujo pedido foi deferido em 27.12.2012. O montante atualizado, em 31.12.2012, é de R\$ 68.701 (R\$ 66.009 em 31.12.2011) e será compensado no exercício de 2013.

### **Recuperação de PIS e Cofins**

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada “Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)” (“Subvenção CCC”).

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a “subvenção CCC” representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da “Subvenção da CCC”, para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a “Subvenção CCC” tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria “faturamento” que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da “Subvenção CCC” e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como “custo de operação” em contrapartida com uma receita de “Subvenção”.

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser “custo de operação” em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é de entendimento da administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis. O montante atualizado em 31.12.2012 é de R\$ 173.118 (R\$ 163.273 em 31.12.2011).

---

## **21. – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA**

---

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

Em 31.12.2012, a PREVIG tinha 456 (452 em 31.12.2011) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios e a ELOS 2.185 (2.182 em 31.12.2011).



As principais características dos planos administrados pela Companhia são as seguintes:

**a) Plano de Benefício Definido (BD)**

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora e a contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos no plano BD são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão;
- Abono anual; e
- Auxílio funeral.

Atualmente, na PREVIG, esse plano possui 81 participantes (88 em 31.12.2011), dos quais 27 estão no plano BD e 54 no plano BSPS (a seguir especificado). Já na ELOS, esse plano possui 4 participantes em 31.12.2012 (6 em 31.12.2011).

As despesas administrativas da ELOS são rateadas proporcionalmente a cada patrocinadora de acordo com o patrimônio dos seus participantes. No ano de 2012, 48,11% das despesas administrativas foram pagas pela Tractebel Energia (49,64% em 2011) e o restante pela Eletrosul. O valor de responsabilidade da Companhia em 2012 foi de R\$ 2.466 (R\$ 2.108 em 2011).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas ao plano BD, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciárias. O valor dessas despesas no exercício de 2012 foi de R\$ 1.877 (R\$ 1.660 em 2011).

**Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)**

A Companhia mantém ainda um plano de contribuição definida (CD) na PREVIG, denominado “Prevflex” e tem sido oferecido a todos os novos contratados desde 2005. Aos empregados da Tractebel Energia foi permitido escolher entre permanecer no plano de benefícios definidos (BD) ou ser transferido para o “Prevflex” (CD).

Entretanto, para os participantes que atendessem a algumas pré-condições estabelecidas quando da criação do Previflex, houve a opção de manter as reservas existentes até aquela data no plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no plano CD. Porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes. A opção pelo “BSPS” foi fechada para novas adesões.

**a.1) Premissas atuariais**

As premissas atuariais e hipóteses econômicas utilizadas na avaliação dos benefícios pós-emprego foram as seguintes:



| Premissas   | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
|---|------------|------------|
| Taxa de desconto (a.a.)   |            |            |
| - Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)                                  | 9,00%      | 10,50%     |
| - Planos de benefícios BSPS   | 8,00%      | 9,75%      |
| Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)                                      |            |            |
| - Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)                                  | 11,00%     | 10,50%     |
| - Planos de benefícios BSPS   | 11,00%     | 12,00%     |
| Rentabilidade prevista  | 11,00%     | 11,00%     |
| Crescimento salarial futuro dos participantes ativos e auto patrocinados (a.a.) | 5,20%      | 4,50%      |
| Crescimento dos benefícios do plano patrocinado pela Companhia (a.a.)           | 5,20%      | 4,50%      |
| Inflação  | 5,20%      | 4,50%      |
| Fator de capacidade (Salários e Benefícios)                                     | 100%       | 100%       |

| Hipóteses   | 31.12.2012 e 31.12.2011                           |
|---|---|
| Tábua de Mortalidade (ativos)   | AT 2000 (por sexo)                                |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos   | RP 2000 <i>Disabled</i>                           |
| Tábua de Entrada em Invalidez   | Watson Wyatt 1985 <i>Disability Class 1</i>       |
| Tábua de Rotatividade   | T-1 <i>Service Table</i>                          |
| % de participantes ativos casados na data da aposentadoria  | 90  |
| Idade de Aposentadoria  | Primeira data em que completam todas as carências |
| Diferença de idade entre participante e cônjuge   | Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos     |
| Fator de conversão do SB-40   | 140%  |
| Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em tempo de serviço (SB-40), que optaram pela conversão | 100%  |

## a.2) Demonstrativo dos benefícios pós-emprego por plano, líquidos

|   | Plano ELOS BD  | Plano PREVIG BD | Plano PREVIG BSPS | GC           | Total          | Classificação no balanço patrimonial |                |
|---|----------------|-----------------|-------------------|--------------|----------------|--------------------------------------|----------------|
|   |                |                 |                   |              |                | Circulante                           | Não circulante |
| <b>31.12.2011</b>                       |                |                 |                   |              |                |                                      |                |
| Valor presente das obrigações           | 1.027.245      | 235.951         | 45.775            | 2.217        | 1.311.188      |                                      |                |
| Valor justo dos ativos                  | (852.865)      | (241.772)       | (45.171)          | -            | (1.139.808)    |                                      |                |
| <b>Passivo (ativo) calculado</b>        | <b>174.380</b> | <b>(5.821)</b>  | <b>604</b>        | <b>2.217</b> | <b>171.380</b> |                                      |                |
| Ganhos (perdas) não reconhecidos        | 86.963         | 57.377          | 22.012            | (723)        | 165.629        |                                      |                |
| <b>Passivo registrado em 31.12.2011</b> | <b>261.343</b> | <b>51.556</b>   | <b>22.616</b>     | <b>1.494</b> | <b>337.009</b> | <b>36.045</b>                        | <b>300.964</b> |
| <b>31.12.2012</b>                       |                |                 |                   |              |                |                                      |                |
| Valor presente das obrigações           | 1.300.358      | 311.843         | 66.181            | 2.661        | 1.681.043      |                                      |                |
| Valor justo dos ativos                  | (1.065.255)    | (312.548)       | (55.979)          | -            | (1.433.782)    |                                      |                |
| <b>Passivo (ativo) calculado</b>        | <b>235.103</b> | <b>(705)</b>    | <b>10.202</b>     | <b>2.661</b> | <b>247.261</b> |                                      |                |
| Ganhos (perdas) não reconhecidos        | 16.435         | 40.537          | 3.679             | (937)        | 59.714         |                                      |                |
| <b>Passivo registrado em 31.12.2012</b> | <b>251.538</b> | <b>39.832</b>   | <b>13.881</b>     | <b>1.724</b> | <b>306.975</b> | <b>32.368</b>                        | <b>274.607</b> |

A análise de sensibilidade preparada pelos atuários mostra que para cada 0,1% de elevação na taxa de desconto o passivo atuarial aumenta em cerca de R\$ 13.000.

De acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (“corredor”) não são reconhecidas no resultado da Companhia quando da avaliação atuarial anual. As perdas excedentes ao limite do corredor são registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

No balanço patrimonial relativo à primeira adoção do IFRS e CPC, em 01.01.2009, foram reconhecidas pela Companhia, como complemento do seu passivo de “Obrigações com benefício de aposentadoria”, as perdas atuariais que não vinham sendo registradas por estarem situadas dentro dos limites do “corredor”, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. De acordo com os procedimentos relativos à primeira adoção dos IFRS e CPC, a contrapartida do complemento do passivo foi a conta “Lucros acumulados”, no patrimônio líquido. A partir desta data, a Companhia optou por manter a abordagem do corredor anteriormente mencionada para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais.

Entretanto, a partir de 01.01.2013, essa prática não será mais permitida pelas normas internacionais e brasileiras de contabilidade e, em consequência, os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Companhia, no montante de R\$ 59.714, serão reconhecidos como redução do passivo “Obrigações com benefícios de aposentadoria”, tendo como contrapartida o aumento do Patrimônio Líquido. A partir de 01.01.2013, os juros sobre os ativos e passivos serão registrados líquidos no resultado financeiro e as variações nas avaliações atuariais anuais serão registradas na conta “Outros resultados abrangentes”.

#### Composição das obrigações com benefícios de aposentadoria

|   | Controladora e Consolidado |                |                |               |                |                |
|---|----------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
|   | 31.12.2012                 |                |                | 31.12.2011    |                |                |
|   | Circulante                 | Não circulante | Total          | Circulante    | Não circulante | Total          |
| <b>Obrigações contratadas</b>                 |                            |                |                |               |                |                |
| Contrato de confissão de dívidas passadas     | 20.921                     | 98.017         | 118.938        | 18.646        | 111.870        | 130.516        |
| <b>Déficit não contratado</b>                 |                            |                |                |               |                |                |
| Contribuições correntes e Cobertura de custos | 1.385                      | 517            | 1.902          | 3.575         | 1.642          | 5.217          |
| Déficit não contratado                        | 10.062                     | 116.359        | 126.421        | 13.824        | 21.823         | 35.647         |
| <b>Avaliação atuarial</b>                     | <b>32.368</b>              | <b>214.893</b> | <b>247.261</b> | <b>36.045</b> | <b>135.335</b> | <b>171.380</b> |
| Ganhos atuariais não reconhecidos             | -                          | 59.714         | 59.714         | -             | 165.629        | 165.629        |
| <b>Passivo atuarial registrado</b>            | <b>32.368</b>              | <b>274.607</b> | <b>306.975</b> | <b>36.045</b> | <b>300.964</b> | <b>337.009</b> |

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

|             | ELOS          | PREVIG        | Total         |
|-------------|---------------|---------------|---------------|
| 2014        | 19.149        | 2.007         | 21.156        |
| 2015        | 3.484         | 1.812         | 5.296         |
| 2016        | 3.693         | 1.920         | 5.613         |
| 2017        | 3.914         | 2.036         | 5.950         |
| 2018        | 4.150         | 2.158         | 6.308         |
| 2019 a 2023 | 24.796        | 9.926         | 34.722        |
| 2024 a 2028 | 15.246        | 167           | 15.413        |
| 2029 a 2032 | 3.559         | -             | 3.559         |
|             | <b>77.991</b> | <b>20.026</b> | <b>98.017</b> |

A movimentação das “Obrigações com benefícios de aposentadoria”, por plano, está resumida a seguir:

|   | Plano<br>ELOS BD | Plano<br>PREVIG<br>BD | Plano<br>PREVIG<br>BSPS | GC           | Total           |
|---|------------------|-----------------------|-------------------------|--------------|-----------------|
| <b>Passivo registrado em 31.12.2010</b> | <b>348.286</b>   | <b>59.712</b>         | <b>25.878</b>           | <b>1.515</b> | <b>435.391</b>  |
| Efeitos no resultado de 2011:           |                  |                       |                         |              |                 |
| Custo do serviço corrente               | -                | 79                    | -                       | 67           | 146             |
| Custo dos juros                         | 98.088           | 22.563                | 3.852                   | 191          | 124.694         |
| Rendimento esperado dos ativos          | (81.296)         | (22.548)              | (2.685)                 | -            | (106.529)       |
| Amortização dos ganhos atuariais        | (77.520)         | (3.478)               | (924)                   | 40           | (81.882)        |
| <b>Ganho líquido no resultado</b>       | <b>(60.728)</b>  | <b>(3.384)</b>        | <b>243</b>              | <b>298</b>   | <b>(63.571)</b> |
| Contribuições                           | -                | (3.051)               | (3.175)                 | (319)        | (6.545)         |
| Pagamentos de obrigações contratadas    | (26.215)         | (1.721)               | (330)                   | -            | (28.266)        |
| <b>Passivo registrado em 31.12.2011</b> | <b>261.343</b>   | <b>51.556</b>         | <b>22.616</b>           | <b>1.494</b> | <b>337.009</b>  |
| Efeitos no resultado de 2012:           |                  |                       |                         |              |                 |
| Custo do serviço corrente               | -                | 43                    | -                       | 64           | 107             |
| Custo dos juros                         | 103.468          | 23.879                | 3.391                   | 190          | 130.928         |
| Rendimento esperado dos ativos          | (90.720)         | (25.934)              | (3.961)                 | -            | (120.615)       |
| Amortização dos ganhos atuariais        | -                | (4.513)               | (3.479)                 | 43           | (7.949)         |
| <b>Perda líquida no resultado</b>       | <b>12.748</b>    | <b>(6.525)</b>        | <b>(4.049)</b>          | <b>297</b>   | <b>2.471</b>    |
| Contribuições                           | -                | (1.927)               | (4.338)                 | (67)         | (6.332)         |
| Pagamentos de obrigações contratadas    | (22.553)         | (3.272)               | (348)                   | -            | (26.173)        |
| <b>Passivo registrado em 31.12.2012</b> | <b>251.538</b>   | <b>39.832</b>         | <b>13.881</b>           | <b>1.724</b> | <b>306.975</b>  |

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado ao longo do ano de 2013, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

|   | <b>Plano<br/>ELOS<br/>BD</b> | <b>Plano<br/>PREVIG<br/>BD</b> | <b>Plano<br/>PREVIG<br/>BSPS</b> | <b>GC</b>  | <b>Total</b>  |
|---|------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|------------|---------------|
| Custo do serviço corrente                 | -                            | 113                            | -                                | 84         | 197           |
| Juros sobre o passivo, líquido dos ativos | 20.092                       | (1.025)                        | 619                              | 183        | 19.869        |
| <b>Despesa líquida</b>                    | <b>20.092</b>                | <b>(912)</b>                   | <b>619</b>                       | <b>267</b> | <b>20.066</b> |

A composição dos ativos do plano por natureza de investimentos, em 31.12.2012, é a seguinte.

|  | <b>ELOS<br/>BD</b> | <b>PREVIG<br/>BD</b> | <b>PREVIG<br/>BSPS</b> |
|--|--------------------|----------------------|------------------------|
| Renda fixa   | 88,11%             | 94,15%               | 72,44%                 |
| Renda variável   | 7,35%              | 3,98%                | -                      |
| Empréstimos  | 2,23%              | 1,59%                | 27,56%                 |
| Imóveis  | 1,55%              | -                    | -                      |
| Outros   | 0,76%              | 0,28%                | -%                     |
|  | <b>100,00%</b>     | <b>100,00%</b>       | <b>100,00%</b>         |
| Rentabilidade de 2012 - variações do valor de mercado dos ativos | 34,18%             | 39,29%               | 16,71%                 |
| Rentabilidade prevista para o ano de 2013                        | 9%                 | 9%                   | 8%                     |

Os ativos de renda fixa são compostos, predominantemente, por Títulos Públicos Federais, substancialmente, as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

A partir de 01.01.2013, de acordo com as novas regras contábeis, a rentabilidade prevista não será mais calculada pela rentabilidade dos ativos do plano, e sim com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial, passando também a ser apresentada líquida no resultado financeiro da Companhia.

### **a.3) Benefício de gratificação de confidencialidade**

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

### **b) Plano de Contribuição Definida (CD)**

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2012 foram de R\$ 2.022 (R\$ 2.613 em 2011).

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

| Natureza dos créditos                          | Controladora    |                |                |                |                |
|--|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | 31.12.2012      |                |                |                | 31.12.2011     |
|  | Base de cálculo | IR             | CS             | Total          | Total          |
| <b>Passivo:</b>                                |                 |                |                |                |                |
| Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)   | 929.558         | 232.390        | 83.660         | 316.050        | 350.826        |
| Ganho com operação de <i>Swap</i>              | 125.952         | 31.488         | 11.336         | 42.824         | -              |
| Venda de energia no MAE (atual CCEE)           | 107.456         | 26.864         | 9.671          | 36.535         | 36.535         |
| Valor justo de concessão a pagar               | 47.958          | 11.990         | 4.316          | 16.306         | 17.056         |
| <b>Subtotal</b>                                |                 | <b>302.732</b> | <b>108.983</b> | <b>411.715</b> | <b>404.417</b> |
| <b>Ativo:</b>                                  |                 |                |                |                |                |
| RIC <sup>19</sup>                              | 138.265         | 34.566         | -              | 34.566         | 38.205         |
| Obrigações com benefícios de aposentadoria     | 187.828         | 46.957         | 16.905         | 63.862         | 69.591         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa  | 131.282         | 32.821         | 11.815         | 44.636         | 43.729         |
| Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas       | 165.128         | 41.282         | 14.862         | 56.144         | 44.012         |
| Ajuste a valor justo em combinação de negócios | 84.747          | 21.187         | 7.627          | 28.814         | 26.511         |
| Ajuste a valor presente de valores a receber   | 14.526          | 3.632          | 1.307          | 4.939          | 4.718          |
| Depreciação acelerada incentivada              | 8.596           | 2.149          | 774            | 2.923          | 4.021          |
| Outros   | 36.650          | 9.163          | 3.298          | 12.461         | 8.148          |
| <b>Subtotal</b>                                |                 | <b>191.757</b> | <b>56.588</b>  | <b>248.345</b> | <b>238.935</b> |
| <b>Total líquido</b>                           |                 | <b>110.975</b> | <b>52.395</b>  | <b>163.370</b> | <b>165.482</b> |

<sup>19</sup> Remuneração das Imobilizações em Curso

| Natureza dos créditos                                  | Consolidado     |                 |                |                 |                 |
|--|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
|  | 31.12.2012      |                 |                |                 | 31.12.2011      |
|  | Base de cálculo | IR              | CS             | Total           | Total           |
| <b>Passivo:</b>  |                 |                 |                |                 |                 |
| Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)           | 929.558         | 232.390         | 83.660         | 316.050         | 350.826         |
| Ganho com operação de <i>Swap</i>                      | 125.952         | 31.488          | 11.336         | 42.824          | -               |
| Venda de energia no MAE (atual CCEE)                   | 107.456         | 26.864          | 9.671          | 36.535          | 36.535          |
| Valor justo de concessão a pagar                       | 47.958          | 11.990          | 4.316          | 16.306          | 17.056          |
| Depreciação acelerada incentivada                      | 109.312         | 27.328          | 9.838          | 37.166          | 18.282          |
| <b>Subtotal</b>  |                 | <b>330.060</b>  | <b>118.821</b> | <b>448.881</b>  | <b>422.699</b>  |
| <b>Ativo:</b>  |                 |                 |                |                 |                 |
| RIC  | 138.265         | 34.566          | -              | 34.566          | 38.205          |
| Obrigações com benefícios de aposentadoria             | 187.828         | 46.957          | 16.905         | 63.862          | 69.591          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa          | 131.691         | 32.922          | 11.852         | 44.774          | 43.776          |
| Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas               | 167.146         | 41.787          | 15.043         | 56.830          | 46.823          |
| Provisão para perdas com investimentos                 | 15.662          | 3.916           | 1.410          | 5.326           | -               |
| Ajuste a valor justo em combinação de negócios         | 84.747          | 21.187          | 7.627          | 28.814          | 26.511          |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 58.166          | 14.542          | 5.235          | 19.777          | 19.806          |
| Ajuste a valor justo do ativo imobilizado              | 46.867          | 11.717          | 4.218          | 15.935          | 16.820          |
| Ajuste a valor presente de valores a receber           | 14.939          | 3.735           | 1.345          | 5.080           | 4.718           |
| Outros   | 34.655          | 8.664           | 3.118          | 11.782          | 13.840          |
| <b>Subtotal</b>  |                 | <b>219.993</b>  | <b>66.753</b>  | <b>286.746</b>  | <b>280.090</b>  |
| <b>Total líquido</b>                                   |                 | <b>110.067</b>  | <b>52.068</b>  | <b>162.135</b>  | <b>142.609</b>  |
| <b>Classificação no balanço patrimonial</b>            |                 |                 |                |                 |                 |
| <b>Passivo</b>   |                 | <b>122.562</b>  | <b>56.565</b>  | <b>179.127</b>  | <b>166.539</b>  |
| <b>Ativo</b>   |                 | <b>(12.495)</b> | <b>(4.497)</b> | <b>(16.992)</b> | <b>(23.930)</b> |
| <b>Total</b>   |                 | <b>110.067</b>  | <b>52.068</b>  | <b>162.135</b>  | <b>142.609</b>  |

No exercício de 2012, a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços demonstrados, o saldo anteriormente apresentado, na conta “Imposto de renda e contribuição social diferido ativo”, no montante de R\$ 239.935 na controladora (R\$ 240.607 no consolidado), no balanço de 31.12.2011, foi reclassificado para a rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferido passivo”.

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o “ágio” (diferença entre o valor pago e o patrimonial) nas aquisições das controladas CESS e CEE e seus valores patrimoniais, em razão das incertezas quanto à sua realização. Os referidos tributos diferidos sobre esse “ágio” seriam de R\$ 41.312.

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

|                | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                | Ativo          | Passivo        | Ativo          | Passivo        |
| 2013           | 31.471         | 28.742         | 36.856         | 28.742         |
| 2014           | 11.775         | 36.788         | 19.293         | 36.788         |
| 2015           | 35.992         | 49.358         | 44.429         | 49.358         |
| 2016           | 64.918         | 19.783         | 69.524         | 19.783         |
| 2017           | 18.008         | 19.772         | 19.071         | 19.772         |
| 2018 a 2020    | 37.929         | 99.294         | 40.832         | 99.543         |
| 2021 a 2023    | 22.156         | 63.870         | 24.934         | 67.471         |
| 2024 em diante | 26.096         | 94.108         | 31.807         | 127.424        |
|                | <b>248.345</b> | <b>411.715</b> | <b>286.746</b> | <b>448.881</b> |

## 23. – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos exercícios de 2012 e 2011.

### b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2012 e 31.12.2011, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2012, é de R\$ 8,36 (R\$ 8,35 por ação em 31.12.2011).



O quadro societário da Companhia em 31.12.2012 e 31.12.2011 é o seguinte:

| <b>Acionistas</b>   | <b>% do Capital</b> |
|---|---------------------|
| GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA) | 68,71               |
| Banco Clássico S.A.                                       | 10,00               |
| Outros acionistas   | 21,29               |
|   | <b>100,00</b>       |

Em 31.12.2012 e 31.12.2011, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 364.340 e 134.775 ações, respectivamente, enquanto que as ações em circulação somavam 203.865.219 e 204.094.784, respectivamente.

#### **c) Reserva de Capital**

Refere-se, substancialmente, à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante os anos de 1986 a 1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

#### **d) Reservas de lucros**

##### **- Reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. Em virtude do saldo de reserva legal ter atingido o limite de 20% sobre o capital social durante o exercício findo em 31.12.2011, não houve, consequentemente, constituição de reserva legal sobre o lucro líquido relativo ao exercício de 2012. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

##### **- Reservas de incentivos fiscais**

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela UHE Ponte de Pedra.

##### **- Reserva de retenção de lucros**

A reserva foi constituída em exercícios anteriores, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação de usinas, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Jirau.

#### e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no IAS 16 e CPC 27 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferido, foi reconhecida na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A realização desta reserva é registrada em contrapartida da conta "Lucros acumulados", na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia. Nos anos de 2012 e 2011 os valores da realização foram de R\$ 65.707 e R\$ 59.827, respectivamente.

#### f) Participação de acionista não controlador

Refere-se à participação de 5% do acionista não controlador da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética, no valor de R\$ 2.663, em 31.12.2012 (R\$ 2.065 em 31.12.2011).

#### g) Dividendos intercalares propostos

Os dividendos intercalares propostos sobre o lucro líquido do segundo semestre, no montante de R\$ 576.429, serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada no dia 07.02.2013, e serão mantidos no patrimônio líquido até sua aprovação.

### 24. – DIVIDENDOS

#### a) Cálculo

|  | 31.12.2012       | 31.12.2011       |
|--|------------------|------------------|
| <b>Base de cálculo dos dividendos ajustada</b>   |                  |                  |
| Lucro líquido do exercício   | 1.499.497        | 1.447.636        |
| Constituição da reserva legal  | -                | (66.597)         |
| Reserva de incentivos fiscais  | (18.816)         | (9.455)          |
| Transação com acionista não controlador  | -                | (2.065)          |
| Lucros acumulados - realização dos ajustes de avaliação patrimonial  | 65.707           | 59.827           |
| <b>Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos</b>   | <b>1.546.388</b> | <b>1.429.346</b> |
| <b>Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos</b>  |                  |                  |
| Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre   | 693.759          | 658.014          |
| Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF  | 236.534          | 217.340          |
| Dividendos intercalares propostos relativos ao segundo semestre  | 576.429          | 517.342          |
| <b>Subtotal</b>  | <b>1.506.722</b> | <b>1.392.696</b> |
| IRRF dos juros sobre o capital próprio   | 39.666           | 36.650           |
| <b>Total dos dividendos anuais</b>   | <b>1.546.388</b> | <b>1.429.346</b> |
| <b>Percentual do lucro líquido ajustado</b>  | <b>100%</b>      | <b>100%</b>      |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio, antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária <b>(em reais):</b> | 2,3690660667     | 2,1897556102     |

## **b) Política de dividendos**

A política de dividendos da Tractebel Energia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76, bem como estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

## **c) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2012**

### **c.1) Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26.07.2012, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2012, no valor de R\$ 693.759, correspondente a R\$ 1,0628376925 por ação. O início do pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 27.09.2012.

### **c.2) Créditos de juros sobre o capital próprio**

Em 25.10.2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, no valor bruto de R\$ 276.200, correspondente a R\$ 0,4231379607 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio da Companhia foi registrado contabilmente na data de 31.12.2012, com base na posição acionária do dia 23.11.2012. As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2012.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva.

### **c.3) Dividendos intercalares propostos**

A Companhia está propondo para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 07.02.2013, a proposta de pagamento de dividendos intercalares sobre o lucro líquido do segundo semestre de 2012, no valor de R\$ 576.429 (R\$ 0,8830904134 por ação).

De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, foram apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos intercalares propostos", até a sua aprovação pelo Conselho de Administração ou pela AGO.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2012 será ratificada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

## 25. – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

|  | Controlada       |                  | Consolidado      |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 31.12.2012       | 31.12.2011       | 31.12.2012       | 31.12.2011       |
| <b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>                       |                  |                  |                  |                  |
| Suprimento de energia elétrica                         |                  |                  |                  |                  |
| - Distribuidoras de energia elétrica                   | 2.043.924        | 2.037.340        | 3.135.311        | 2.692.518        |
| - Comercializadoras de energia elétrica                | 1.396.786        | 1.328.413        | 355.885          | 441.667          |
| Fornecimento de energia elétrica (Consumidores livres) | 198.752          | 263.431          | 1.632.605        | 1.439.898        |
| Transações no âmbito da CCEE                           | 170.909          | 90.853           | 325.300          | 96.749           |
| Exportação de energia elétrica                         | 8.023            | 153.060          | 8.023            | 153.060          |
| Outras receitas  | 44.935           | 35.195           | 32.668           | 24.588           |
|  | <b>3.863.329</b> | <b>3.908.292</b> | <b>5.489.792</b> | <b>4.848.480</b> |
| <b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>                 |                  |                  |                  |                  |
| PIS e Cofins   | (311.005)        | (300.896)        | (455.675)        | (389.511)        |
| ICMS   | (22.331)         | (34.217)         | (82.775)         | (94.177)         |
| ISS  | (1.313)          | (1.246)          | (1.313)          | (1.246)          |
| Pesquisa e desenvolvimento                             | (30.995)         | (31.790)         | (37.530)         | (36.595)         |
|  | <b>(365.644)</b> | <b>(368.149)</b> | <b>(577.293)</b> | <b>(521.529)</b> |
| <b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>                       | <b>3.497.685</b> | <b>3.540.143</b> | <b>4.912.499</b> | <b>4.326.951</b> |

Em 31.12.2012 os seguintes clientes participavam em percentual superior a 5% da receita líquida consolidada da Companhia: Celesc, Cemig Distribuição S.A. e Rio Grande Energia S.A. (RGE).

## 26. – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

|                           | Custo da Energia vendida |                |                  |                  | Custo dos Serviços prestados |               |
|---------------------------|--------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------------------|---------------|
|                           | Controladora             |                | Consolidado      |                  | Controladora e consolidado   |               |
|                           | 31.12.2012               | 31.12.2011     | 31.12.2012       | 31.12.2011       | 31.12.2012                   | 31.12.2011    |
| Pessoal                   | 145.979                  | 131.649        | 149.306          | 133.789          | 18.212                       | 15.027        |
| Serviço de terceiro       | 96.584                   | 84.596         | 122.826          | 108.687          | 5.478                        | 5.299         |
| Material                  | 24.878                   | 19.122         | 27.646           | 22.314           | 925                          | 666           |
| Combustível para geração  | 27.143                   | 100.375        | 39.659           | 108.799          | -                            | -             |
| Royalties <sup>20</sup>   | 89.223                   | 136.479        | 111.838          | 159.209          | -                            | -             |
| Depreciação e amortização | 362.619                  | 358.974        | 550.086          | 486.663          | -                            | -             |
| Seguros                   | 9.600                    | 7.018          | 12.828           | 8.776            | 423                          | 819           |
| Taxa de fiscalização      | 11.167                   | 10.295         | 13.525           | 11.947           | -                            | -             |
| Outros                    | 18.122                   | 13.287         | 30.069           | 16.677           | 1.103                        | 836           |
|                           | <b>785.315</b>           | <b>861.795</b> | <b>1.057.783</b> | <b>1.056.861</b> | <b>26.141</b>                | <b>22.647</b> |

<sup>20</sup> Compensação pela utilização de recursos hídricos.

## Custos com pessoal

As despesas com pessoal incluem, além dos salários e encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, seguro de vida em grupo, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e transporte, previdência privada, entre outros. A Companhia oferece ainda cursos e treinamentos aos seus empregados.

## Pagamento baseado em ações

A Tractebel Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta GDF SUEZ, sediada na França, mantém os seguintes programas de ações para determinados executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; e (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação. Adicionalmente há o programa de cessão de ações gratuitas que abrange todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de prêmio em ações por desempenho tem vigência de quatro ou cinco anos e seus valores estão vinculadas ao atingimento de determinados índices financeiros da GDF SUEZ. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma redução nos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

Os custos envolvidos com estes programas são integralmente pagos pela GDF SUEZ, não cabendo à Tractebel Energia nenhum desembolso relativo aos mesmos.

Em 31.12.2012 os valores de mercado dos referidos programas são os seguintes:

|                           | Programas<br>até 2011 | Programa<br>2012 | Total        |
|---------------------------|-----------------------|------------------|--------------|
| Opções de compra de ações | 7                     | 2                | 9            |
| Ações por desempenho      | 643                   | 529              | 1.172        |
| Ações gratuitas           | 566                   | 501              | 1.067        |
|                           | <b>1.216</b>          | <b>1.032</b>     | <b>2.248</b> |

Os valores de mercado das opções de compras de ações foram calculados com base no modelo “Bjersund e Stensland (2002)”, para as opções em que a data de aquisição (*vesting date*) já tenha se iniciado, e o modelo “Rubinstein (1990)”, para as opções que a data de aquisição ainda não se iniciou.

## Despesas com vendas e gerais e administrativas:

|                           | Vendas        |               |               |               | Gerais e administrativas |                |                |                |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------------------|----------------|----------------|----------------|
|                           | Controladora  |               | Consolidado   |               | Controladora             |                | Consolidado    |                |
|                           | 31.12.2012    | 31.12.2011    | 31.12.2012    | 31.12.2011    | 31.12.2012               | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| Pessoal                   | 10.405        | 9.160         | 10.405        | 9.160         | 52.885                   | 46.257         | 54.819         | 47.893         |
| Administradores           | -             | -             | -             | -             | 17.130                   | 15.019         | 17.984         | 15.794         |
| Serviço de terceiro       | 1.602         | 3.891         | 5.692         | 5.731         | 39.339                   | 34.956         | 41.575         | 37.611         |
| Material                  | 65            | 63            | 68            | 63            | 2.256                    | 3.363          | 2.264          | 3.407          |
| Depreciação e amortização | -             | -             | -             | -             | 11.060                   | 9.356          | 11.088         | 14.436         |
| Contribuições setoriais   | -             | -             | 1.320         | 932           | 4.224                    | 4.186          | 4.771          | 4.575          |
| Aluguéis                  | 227           | 214           | 239           | 236           | 3.552                    | 4.872          | 4.108          | 5.500          |
| Propaganda e publicidade  | -             | -             | -             | -             | 5.244                    | 3.190          | 5.246          | 3.190          |
| Indenizações              | -             | -             | -             | -             | 3.094                    | 7.766          | 3.094          | 7.766          |
| Contribuição PREVIG       | -             | -             | -             | -             | 8.414                    | 3.206          | 8.414          | 3.206          |
| Outros                    | 582           | 2             | 873           | 704           | 11.304                   | 13.327         | 16.654         | 13.682         |
|                           | <b>12.881</b> | <b>13.330</b> | <b>18.597</b> | <b>16.826</b> | <b>158.502</b>           | <b>145.498</b> | <b>170.017</b> | <b>157.060</b> |

## 27. – (CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS

|                             | Controladora    |                | Consolidado     |               |
|-----------------------------|-----------------|----------------|-----------------|---------------|
|                             | 31.12.2012      | 31.12.2011     | 31.12.2012      | 31.12.2011    |
| Benefícios de aposentadoria | 12.571          | 89.470         | 12.571          | 89.470        |
| Fiscais                     | (2.304)         | 14.391         | (4.068)         | 14.391        |
| Cíveis                      | (20.903)        | 2.994          | (20.427)        | (3.834)       |
| Trabalhistas                | 1.978           | 2.583          | 1.756           | 2.583         |
| Devedores duvidosos         | (2.665)         | (6.043)        | (2.937)         | (6.180)       |
| Perda em investimento       | (15.662)        | -              | (15.662)        | -             |
| Outras                      | (13)            | 683            | (242)           | 605           |
|                             | <b>(26.998)</b> | <b>104.078</b> | <b>(29.009)</b> | <b>97.035</b> |

## 28. – RESULTADO FINANCEIRO

|   | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | 31.12.2012     | 31.12.2011     | 31.12.2012     | 31.12.2011     |
| <b>Receitas financeiras</b>                                       |                |                |                |                |
| Renda de aplicações financeiras                                   | 32.925         | 62.176         | 61.440         | 89.436         |
| Juros sobre valores a receber                                     | 14.372         | 22.654         | 15.364         | 23.917         |
| Variação monetária sobre depósitos judiciais                      | 7.932          | 9.982          | 8.261          | 9.996          |
| Outras receitas financeiras                                       | 2.923          | 9.107          | 3.120          | 10.323         |
|   | <b>58.152</b>  | <b>103.919</b> | <b>88.185</b>  | <b>133.672</b> |
| <b>Despesas financeiras</b>                                       |                |                |                |                |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos    | 72.882         | 122.389        | 235.881        | 238.687        |
| Juros sobre concessões a pagar                                    | 78.822         | 66.543         | 121.237        | 104.899        |
| Juros sobre passivo atuarial líquido                              | 10.313         | 18.165         | 10.313         | 18.165         |
| Juros sobre tributos  | 825            | 1.477          | 2.294          | 1.747          |
| Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 19.168         | 33.640         | 19.168         | 34.727         |
| Variação monetária sobre concessões a pagar                       | 63.416         | 43.333         | 85.835         | 66.795         |
| Variação monetária outras   | 6.127          | 340            | 6.258          | 346            |
| Variação cambial sobre dívidas                                    | 21.471         | 17.942         | 21.471         | 17.942         |
| Outras despesas financeiras                                       | 28.796         | 20.938         | 32.966         | 24.174         |
|   | <b>301.820</b> | <b>324.767</b> | <b>535.423</b> | <b>507.482</b> |
| <b>Despesas financeiras, líquidas</b>                             | <b>243.668</b> | <b>220.848</b> | <b>447.238</b> | <b>373.810</b> |

## 29. – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

|  | Controladora     |                     |                  |                     |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
|  | 31.12.2012       |                     | 31.12.2011       |                     |
|  | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| <b>Resultado antes dos tributos</b>          | <b>1.970.985</b> | <b>1.970.985</b>    | <b>1.929.930</b> | <b>1.929.930</b>    |
| Alíquota nominal                             | 25%              | 9%                  | 25%              | 9%                  |
| <b>Despesa às alíquotas nominais</b>         | <b>(492.746)</b> | <b>(177.389)</b>    | <b>(482.482)</b> | <b>(173.694)</b>    |
| <b>Diferenças permanentes:</b>               |                  |                     |                  |                     |
| Equivalência patrimonial                     | 65.885           | 23.719              | 46.672           | 16.802              |
| Juros sobre o capital próprio                | 69.050           | 24.858              | 63.498           | 22.859              |
| Incentivos fiscais                           | 20.341           | -                   | 10.856           | -                   |
| Outras                                       | (4.450)          | (756)               | 12.011           | 1.184               |
|  | <b>(341.920)</b> | <b>(129.568)</b>    | <b>(349.445)</b> | <b>(132.849)</b>    |
| <b>Composição dos tributos no resultado:</b> |                  |                     |                  |                     |
| Corrente                                     | (342.510)        | (131.090)           | (336.430)        | (126.814)           |
| Diferido                                     | 590              | 1.522               | (13.015)         | (6.035)             |
|  | <b>(341.920)</b> | <b>(129.568)</b>    | <b>(349.445)</b> | <b>(132.849)</b>    |
| <b>Alíquota efetiva</b>                      | <b>17,3%</b>     | <b>6,6%</b>         | <b>18,1%</b>     | <b>6,9%</b>         |



|  | Consolidado      |                     |                  |                     |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
|  | 31.12.2012       |                     | 31.12.2011       |                     |
|  | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| <b>Resultado antes dos tributos</b>          | <b>2.100.000</b> | <b>2.100.000</b>    | <b>2.034.788</b> | <b>2.034.788</b>    |
| Alíquota nominal                             | 25%              | 9%                  | 25%              | 9%                  |
| <b>Despesa às alíquotas nominais</b>         | <b>(525.000)</b> | <b>(189.000)</b>    | <b>(508.697)</b> | <b>(183.131)</b>    |
| <b>Diferenças permanentes:</b>               |                  |                     |                  |                     |
| Juros sobre o capital próprio                | 69.050           | 24.858              | 63.498           | 22.859              |
| Incentivos fiscais                           | 20.341           | -                   | 10.856           | -                   |
| Outras                                       | (497)            | 171                 | 8.871            | (938)               |
|  | <b>(436.106)</b> | <b>(163.971)</b>    | <b>(425.472)</b> | <b>(161.210)</b>    |
| <b>Composição dos tributos no resultado:</b> |                  |                     |                  |                     |
| Corrente                                     | (420.785)        | (159.766)           | (409.566)        | (153.559)           |
| Diferido                                     | (15.321)         | (4.205)             | (15.906)         | (7.651)             |
|  | <b>(436.106)</b> | <b>(163.971)</b>    | <b>(425.472)</b> | <b>(161.210)</b>    |
| <b>Alíquota efetiva</b>                      | <b>20,8%</b>     | <b>7,8%</b>         | <b>20,9%</b>     | <b>7,9%</b>         |

### 30. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

#### a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

#### a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

No exercício de 2012 não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados por qualquer um ou ambos os fatores de risco a seguir descritos:

**- Riscos relacionados às aplicações financeiras**

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, formalizada e informada ao mercado pelo *website* da Companhia no documento “Política de Investimentos e Derivativos”. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody’s ou Standard & Poor’s (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R\$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody’s), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2012 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A “Política de Investimentos e Derivativos” impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. A operação de *swap*, mencionada na Nota 15 – Empréstimos e financiamentos, foi realizada com a mesma contraparte do empréstimo e com o objetivo exclusivo de proteção contra o risco cambial e de fluxo de caixa do empréstimo.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

**- Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes**

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, *Libor*, *Euribor*, IGP-M e IPCA.

No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas da Companhia está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa “flutuante”, vinha sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, o que a caracterizava como uma taxa de caráter *quasi*-fixo. Em julho de 2012 essa taxa foi reduzida para 5,5% com vistas a estimular os investimentos produtivos e o crescimento da atividade econômica do País.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI.

#### **- Risco relacionado às dívidas denominadas em moeda estrangeira**

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e o saldo dos passivos indexados à moeda estrangeira. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos designados em moeda estrangeira, a qual é permanentemente monitorada pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido em níveis muito baixos em relação ao seu endividamento total. Avaliações internas de riscos e benefícios levaram a Companhia a optar por não fazer nenhuma operação de proteção cambial (*hedge*) para essas dívidas.

Conforme mencionado na Nota 15 – Empréstimos e financiamentos, o empréstimo contratado com o Bank Of America Merrill Lynch, denominado em dólar norte americano, está totalmente protegido através de uma operação de *swap* com o mesmo Banco sediado no Brasil, eliminando qualquer exposição da Companhia à variação da moeda em relação ao Real nessa operação.

#### **- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para o ano de 2013 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

|   | Variação | Cenário  | Sensibilidade |             |             |
|---|----------|----------|---------------|-------------|-------------|
|   | 2012     | Provável | Provável      | Δ + 25% (*) | Δ + 50% (*) |
| <b>Variação das taxas de juros e índices:</b> |          |          |               |             |             |
| - TJLP  | 5,50%    | 5,00%    | -0,50 p.p.    | 1,25 p.p.   | 2,50 p.p.   |
| - CDI   | 6,90%    | 7,25%    | +0,35 p.p.    | 1,81 p.p.   | 3,63 p.p.   |
| - IPCA  | 5,84%    | 5,53%    | -0,31 p.p.    | 1,38 p.p.   | 2,77 p.p.   |
| - IGP-M                                       | 7,82%    | 5,40%    | -2,42 p.p.    | 1,35 p.p.   | 2,70 p.p.   |
| <b>Variação das moedas:</b>                   |          |          |               |             |             |
| - Dólar norte americano                       | 2,04     | 2,09     | +2,45%        | 2,61        | 3,14        |
| - Euro  | 2,70     | 2,76     | +2,22%        | 3,45        | 4,14        |

(\*) Variações sobre o cenário provável.

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices relativos a 2012 e os previstos no cenário provável. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais a serem causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes.

| Riscos:                                     | Saldo em   | Sensibilidade  |                 |                  |
|---|------------|----------------|-----------------|------------------|
|   | 31.12.2012 | Provável       | Δ + 25%         | Δ + 50%          |
| <b>Taxas de juros e índices flutuantes:</b> |            |                |                 |                  |
| <b>Empréstimos e financiamentos</b>         |            |                |                 |                  |
| - TJLP                                      | 2.505.785  | 11.983         | (29.103)        | (59.395)         |
| - CDI                                       | 435.372    | (1.189)        | (6.368)         | (12.784)         |
|   |            | <b>10.794</b>  | <b>(35.471)</b> | <b>(72.179)</b>  |
| <b>Debêntures</b>                           |            |                |                 |                  |
| - IPCA                                      | 328.590    | <b>537</b>     | <b>(2.395)</b>  | <b>(4.789)</b>   |
| <b>Concessões a pagar</b>                   |            |                |                 |                  |
| - IGP-M                                     | 967.887    | 23.153         | (13.629)        | (27.258)         |
| - IPCA                                      | 461.039    | 1.389          | (6.189)         | (12.379)         |
|   |            | <b>24.542</b>  | <b>(19.818)</b> | <b>(39.637)</b>  |
| <b>Total</b>                                |            | <b>35.873</b>  | <b>(57.684)</b> | <b>(116.605)</b> |
| <b>Moeda estrangeira:</b>                   |            |                |                 |                  |
| - Dólar norte americano                     | 104.260    | (2.372)        | (26.065)        | (52.130)         |
| - Euro                                      | 111.346    | (2.534)        | (27.836)        | (55.673)         |
| <b>Total</b>                                |            | <b>(4.906)</b> | <b>(53.901)</b> | <b>(107.803)</b> |

As variações das taxas flutuantes *Libor* e *Euribor*, em 31.12.2012, foram de 0,13 p.p. e 0,26 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R\$ 37.130 (líquido das garantias depositadas) e R\$ 111.346, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente apresentada.

## **a.2) Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 3,5 x o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha permanentemente o nível de endividamento da Companhia, o qual deve se situar em torno de 2 x o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição de novas usinas pela Companhia.

## **a.3) Risco de crédito**

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, conforme anteriormente mencionado, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos federais, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

#### **a.4) Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O demonstrativo a seguir apresenta os passivos financeiros por período previsto de liquidação. Os valores foram determinados de acordo com os fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e de pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

|                                       | Controladora   |                  |                  |                   | Total            |
|---------------------------------------|----------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
|                                       | Até 1<br>ano   | De 2 a 3<br>anos | De 4 a 5<br>anos | Mais de 5<br>anos |                  |
| <b>Fornecedores</b>                   | 127.546        | 104.184          | -                | -                 | 231.730          |
| <b>Instrumentos a taxas de juros:</b> |                |                  |                  |                   |                  |
| - <b>pós-fixadas</b>                  |                |                  |                  |                   |                  |
| Empréstimos e financiamentos          | 175.988        | 416.928          | 2.285            | 7.510             | 602.711          |
| Debêntures                            | 178.829        | 169.600          | -                | -                 | 348.429          |
| - <b>pré-fixadas</b>                  |                |                  |                  |                   |                  |
| Empréstimos e financiamentos          | 16.044         | 17.051           | 12.562           | 40.956            | 86.613           |
| Concessões a pagar                    | 3.268          | 5.887            | 5.887            | 3.490.498         | 3.505.540        |
|                                       | <b>501.675</b> | <b>713.650</b>   | <b>20.734</b>    | <b>3.538.964</b>  | <b>4.775.023</b> |

|                                       | Consolidado    |                  |                |                  |                  |
|---------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
|                                       | Até 1 ano      | De 2 a 3 anos    | De 4 a 5 anos  | Mais de 5 anos   | Total            |
| <b>Fornecedores</b>                   | 219.328        | 110.872          | -              | -                | 330.200          |
| <b>Instrumentos a taxas de juros:</b> |                |                  |                |                  |                  |
| - pós-fixadas                         |                |                  |                |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos          | 503.076        | 1.081.475        | 619.736        | 2.247.165        | 4.451.452        |
| Debêntures                            | 178.829        | 169.600          | -              | -                | 348.429          |
| - pré-fixadas                         |                |                  |                |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos          | 26.703         | 37.149           | 30.002         | 50.310           | 144.164          |
| Concessões a pagar                    | 51.346         | 103.806          | 103.806        | 4.444.034        | 4.702.992        |
|                                       | <b>979.282</b> | <b>1.502.902</b> | <b>753.544</b> | <b>6.741.509</b> | <b>9.977.237</b> |

**b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros**

|  | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 31.12.2012       | 31.12.2011       | 31.12.2012       | 31.12.2011       |
| <b>Ativos financeiros</b>                                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>     |                  |                  |                  |                  |
| Aplicações financeiras                                     | 733.110          | 566.159          | 1.166.144        | 776.534          |
| Depósitos vinculados                                       | -                | 32.159           | 104.619          | 129.490          |
| <b>Recebíveis e empréstimos</b>                            |                  |                  |                  |                  |
| Caixa e depósitos bancários à vista                        | 3.207            | 960              | 13.832           | 5.274            |
| Contas a receber de clientes                               | 416.357          | 410.903          | 630.263          | 542.149          |
| Valores a receber pela alienação de ativo                  | 86.886           | 86.886           | 86.886           | 86.886           |
| Créditos com controladas                                   | 37.026           | 14.927           | -                | -                |
|  | <b>1.276.586</b> | <b>1.111.994</b> | <b>2.001.744</b> | <b>1.540.333</b> |
| <b>Passivos financeiros</b>                                |                  |                  |                  |                  |
| <b>Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:</b> |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores   | 231.730          | 219.640          | 330.200          | 234.336          |
| Empréstimos e financiamentos                               | 650.978          | 671.045          | 3.205.955        | 3.157.806        |
| Debêntures   | 328.590          | 491.394          | 328.590          | 491.394          |
| Concessões a pagar   | 967.887          | 828.373          | 1.428.926        | 1.265.952        |
|  | <b>2.179.185</b> | <b>2.210.452</b> | <b>5.293.671</b> | <b>5.149.488</b> |

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos mantidos no fundo de investimento exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o fundo em mercado ativo (Nível I).



### c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

|                              | Controladora     |                  |                  |                  |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                              | 31.12.2012       |                  | 31.12.2011       |                  |
|                              | Contábil         | Mercado          | Contábil         | Mercado          |
| Empréstimos e financiamentos |                  |                  |                  |                  |
| - Em moeda nacional          | 435.372          | 435.269          | 458.839          | 457.188          |
| - Em moeda estrangeira       | 215.606          | 244.638          | 212.206          | 239.702          |
| Debêntures                   | 328.590          | 340.460          | 491.394          | 493.908          |
| Concessões a pagar           | 967.887          | 1.817.911        | 828.373          | 1.227.435        |
|                              | <b>1.947.455</b> | <b>2.838.278</b> | <b>1.990.812</b> | <b>2.418.233</b> |

|                              | Consolidado      |                  |                  |                  |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                              | 31.12.2012       |                  | 31.12.2011       |                  |
|                              | Contábil         | Mercado          | Contábil         | Mercado          |
| Empréstimos e financiamentos |                  |                  |                  |                  |
| - Em moeda nacional          | 2.990.349        | 2.993.824        | 2.945.600        | 2.947.085        |
| - Em moeda estrangeira       | 215.606          | 244.638          | 212.206          | 239.702          |
| Debêntures                   | 328.590          | 340.460          | 491.394          | 493.908          |
| Concessões a pagar           | 1.428.926        | 2.550.529        | 1.265.952        | 1.811.391        |
|                              | <b>4.963.471</b> | <b>6.129.451</b> | <b>4.915.152</b> | <b>5.492.086</b> |

## 31. – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

|                   | ATIVO            |              |            |              |                         | PASSIVO       |                         |                                  |            |
|-------------------|------------------|--------------|------------|--------------|-------------------------|---------------|-------------------------|----------------------------------|------------|
|                   | Contas a receber |              |            |              | Dividendos<br>a receber | Fornecedores  |                         | Juros sobre o<br>capital próprio | Outras     |
|                   | Energia          | Serviços     | Outras     | Mútuo        |                         | Energia       | Materiais<br>e serviços |                                  |            |
| <b>31.12.2012</b> |                  |              |            |              |                         |               |                         |                                  |            |
| CEE               | 21.212           | -            | -          | -            | 20.359                  | -             | -                       | -                                | -          |
| CESS              | 1.191            | -            | 10         | -            | 1.637                   | -             | -                       | -                                | -          |
| Lages             | 1.587            | 167          | -          | -            | 7.280                   | -             | -                       | -                                | -          |
| TBLC              | 106.209          | -            | -          | -            | -                       | -             | -                       | -                                | -          |
| Itasa             | -                | 2.310        | -          | -            | 7.750                   | 4.260         | -                       | -                                | 193        |
| Ceste             | -                | 1.316        | -          | -            | -                       | -             | -                       | -                                | -          |
| GSELA             | -                | -            | -          | -            | -                       | -             | -                       | 189.783                          | -          |
| Outras            | -                | -            | 454        | -            | -                       | -             | 101                     | -                                | -          |
|                   | <b>130.199</b>   | <b>3.793</b> | <b>464</b> | <b>-</b>     | <b>37.026</b>           | <b>4.260</b>  | <b>101</b>              | <b>189.783</b>                   | <b>193</b> |
| <b>31.12.2011</b> | <b>112.272</b>   | <b>3.869</b> | <b>200</b> | <b>6.981</b> | <b>7.946</b>            | <b>48.926</b> | <b>598</b>              | <b>148.344</b>                   | <b>132</b> |

### b) Valores reconhecidos em contas de resultado

|                   | RESULTADO                |                                    |  |                         |                             |                         |  |
|-------------------|--------------------------|------------------------------------|--|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|--|
|                   | Receita                  |                                    |  | Custo                   | Despesa                     | Receitas<br>financeiras | Resultado de<br>participações<br>societárias |
|                   | Suprimento<br>de energia | Prestação de<br>serviços de<br>O&M | Prestação de<br>serviços de<br>administração | Compra<br>de<br>energia | Serviços<br>de<br>terceiros |                         |  |
| <b>31.12.2012</b> |                          |                                    |  |                         |                             |                         |  |
| CEE               | 701                      | -                                  | -  | -                       | -                           | 2.252                   | 41.319                                       |
| CESS              | 9.039                    | 1.062                              | 228  | -                       | -                           | -                       | 17.241                                       |
| Lages             | 12.889                   | 2.031                              | 207  | -                       | -                           | -                       | 7.280  |
| TBLC              | 1.156.539                | -                                  | 415  | -                       | -                           | -                       | 145.307                                      |
| Itasa             | -                        | 13.835                             | -  | 121.156                 | -                           | -                       | 32.631                                       |
| TBLP              | -                        | -                                  | -  | -                       | -                           | -                       | 19.763                                       |
| Ceste             | -                        | 16.137                             | -  | -                       | -                           | -                       | -  |
| Controladas TBLP  | -                        | -                                  | 812  | -                       | -                           | -                       | -  |
| Leme              | -                        | -                                  | -  | -                       | 1.189                       | -                       | -  |
| Outras            | -                        | -                                  | 205  | -                       | 57                          | 444                     | -  |
|                   | <b>1.179.168</b>         | <b>33.065</b>                      | <b>1.867</b>                                 | <b>121.156</b>          | <b>1.246</b>                | <b>2.696</b>            | <b>263.541</b>                               |
| <b>31.12.2011</b> | <b>1.105.235</b>         | <b>29.707</b>                      | <b>1.694</b>                                 | <b>308.570</b>          | <b>1.119</b>                | <b>721</b>              | <b>186.690</b>                               |

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente:

(i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

### c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

#### c.1) Compra e venda de energia

| <b>Contrato</b>       | <b>MW médios</b> | <b>Vencimento</b> | <b>Índice de atualização anual</b>   | <b>Data base de reajuste</b> | <b>Compromisso Futuro Base 31.12.2012</b> |
|-----------------------|------------------|-------------------|--------------------------------------|------------------------------|---|
| <b>Compra:</b>        |                  |                   |                                      |                              |   |
| TBLE - Itasa          | 167              | 2030              | IGP-M                                | Janeiro                      | 1.304.022                                 |
| TBLE - Itasa          | 61               | 2030              | Variação do dólar + Inflação dos EUA | Outubro                      | 527.823                                   |
| <b>Venda:</b>         |                  |                   |                                      |                              |   |
| TBLE - TBLC           | 322              | 2015/2016         | IPCA                                 | Março                        | 817.454                                   |
| TBLE - TBLC           | 950              | 2013              | IGP-M                                | Julho                        | 798.882                                   |
| TBLE - Lages          | 16               | 2017              | IGP-M                                | Abril                        | 71.122                                    |
| TBLE - CESS           | 5                | 2037              | IPCA                                 | Janeiro                      | 157.809                                   |
| TBLC - CEE            | 9                | 2041              | IPCA                                 | Outubro                      | 384.006                                   |
| TBLC – Projeto Trairi | 64               | 2032              | IPCA                                 | Dezembro                     | 1.640.862                                 |

De acordo com a política comercial da Companhia as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo, quando necessário.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairi, em construção, será comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

#### c.2) Operação e manutenção

| <b>Parte relacionada</b> | <b>Vigência</b> | <b>Índice de atualização anual</b> | <b>Compromisso futuro Base 31.12.2012</b> |
|--------------------------|-----------------|------------------------------------|---|
| Itasa                    | 16.10.2030      | IGP-M                              | 204.771                                   |
| Ceste                    | 01.05.2025      | INPC (80%) e IPCA (20%)            | 201.938                                   |
| CESS                     | 15.10.2023      | IGP-M                              | 11.501                                    |
| Lages                    | 31.03.2015      | Reajuste salarial                  | 4.515                                     |

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

### c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados são calculados com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC, sendo que esses contratos não possuem prazo de vencimento determinado. O valor anual contratado com suas controladas é de R\$ 2.366.

### d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

| Banco                          | Tipo de garantia   | Valor da dívida em 31.12.2012 |
|--------------------------------|--|-------------------------------|
| BNDES e Bancos (Repasse BNDES) | Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes controladas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairi. | 2.535.642                     |
| Banco do Brasil                | Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower  | 19.335                        |

### e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.12.2012 é de R\$ 146.256. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R\$ 58.432 em 2013, R\$ 18.945 em 2014, R\$ 17.084 em 2022 e R\$ 51.796 em 2023.

### f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Alcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.12.2012 é de R\$ 16.534.

### g) GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

A Companhia possui créditos de juros sobre o capital próprio a pagar para a sua controladora, no montante de R\$ 189.783, referente ao crédito realizado em 31.12.2012.

#### h) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

|  | Controladora  |               | Consolidado   |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  | 31.12.2012    | 31.12.2011    | 31.12.2012    | 31.12.2011    |
| Honorários e benefícios de curto prazo | 8.832         | 8.352         | 9.547         | 8.997         |
| Indenizações                           | -             | 723           | -             | 723           |
| Bônus dos administradores              | 4.210         | 2.657         | 4.210         | 2.657         |
| Benefícios pós-emprego                 | 675           | 627           | 675           | 627           |
| Encargos sociais                       | 3.413         | 2.660         | 3.552         | 2.790         |
|  | <b>17.130</b> | <b>15.019</b> | <b>17.984</b> | <b>15.794</b> |

### 32. – SEGUROS <sup>21</sup>

#### Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro é até 31.05.2013 e o valor da cobertura é de R\$ 18.535.102, conforme a seguir demonstrado.

| Tipo de usina                                   | Consolidado       |                  |
|---|-------------------|------------------|
|   | Danos             | Lucro            |
| Usinas hidrelétricas                            | 13.850.439        | 255.253          |
| Usinas termelétricas                            | 2.926.501         | 973.874          |
| Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH) | 435.411           | 93.624           |
|   | <b>17.212.351</b> | <b>1.322.751</b> |

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 705.303, por evento.

#### Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia para as unidades da UHE Estreito que ainda não haviam entrado em operação comercial durante período de negociação da apólice da Tractebel Energia. A cobertura total para danos materiais é de R\$ 2.405, correspondente a R\$ 964 relativos à participação da Companhia no consórcio.

<sup>21</sup> As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

## **Outras coberturas**

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

---

## **33. – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**

---

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

### **a) Contrato de conexão**

A Companhia mantém contrato de conexão com a Eletrosul e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. Para a UHE Ponte de Pedra, a Companhia possui contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). As controladas Beberibe e Pedra do Sal possuem contratos de conexão com a Companhia Energética do Ceará (Coelce) e Companhia Energética do Piauí (Cepisa), respectivamente.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R\$ 244.100 (R\$ 248.242 em 31.12.2011).

### **b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CESS, CEE e Itasa mantêm contratos com o ONS. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros provenientes destes contratos totaliza R\$ 6.801.279 (R\$ 7.039.804 em 31.12.2011).

### **c) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)**

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros derivados destes contratos totaliza R\$ 334.057 (R\$ 429.471 em 31.12.2011).

### **d) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica**

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:



| Ano                        | MW médios <sup>22</sup> |        |        |        |        |        |
|----------------------------|-------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                            | 2013                    | 2014   | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   |
| Recursos próprios          | 3.657                   | 3.681  | 3.681  | 3.681  | 3.681  | 3.681  |
| Compras para revenda       | 540                     | 333    | 215    | 205    | 200    | 200    |
| Disponibilidade total      | 4.197                   | 4.014  | 3.896  | 3.886  | 3.881  | 3.881  |
| Disponibilidade contratada | 4.131                   | 3.963  | 3.448  | 2.880  | 2.341  | 1.942  |
| % Contratados              | 98,43%                  | 98,73% | 88,50% | 74,11% | 60,32% | 50,04% |

#### e) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, ocorrido em junho de 2000.

No ano de 2006, constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, fato que levou a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para “zero” os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para “zero” valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada.

No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está seguindo em curso normal, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre as considerações apresentadas pela Cien.

#### f) Compra de gás natural

A Companhia celebrou, no ano de 2001, contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), pelo prazo de cinco anos, renováveis por igual período, para atendimento do início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTE William Arjona).

<sup>22</sup> As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que tal renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Em razão do reajuste proposto não estar adequado às condições estabelecidas no contrato, a Companhia ajuizou uma ação contra a Petrobras e MSGÁS objetivando a continuidade do suprimento de gás. Esta ação segue no aguardo de julgamento dos recursos ingressados, tanto pela Companhia como pela Petrobras, inclusive para a ampliação do prazo do contrato referente ao período em que não houve suprimento de gás.

Em novembro de 2009, a Companhia obteve uma decisão transitória favorável, determinando à MSGÁS e à Petrobras a continuidade do fornecendo gás para a UTE William Arjona. Esse fornecimento permaneceu vigente até meados do ano de 2012 quando a Petrobras obteve um efeito suspensivo que lhe permitiu novamente suspender o fornecimento do gás.

No final de 2012, sobreveio decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dando pela intempestividade do recurso apresentado pela Petrobras no processo existente entre as partes, o que leva à perda dos efeitos da decisão suspensiva e à perda de objeto, já requeridos pela Companhia, o qual ainda pende de decisão do próprio STJ.

No mês de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com um pedido junto ao Presidente do STJ requerendo a perda da eficácia da decisão que garantiu a Petrobras suspender, no ano de 2012, o fornecimento de gás para a UTE William Arjona.

Esse pedido foi aceito pelo STJ e terá vigência até que ocorra uma decisão por parte do próprio STJ sobre outro pedido da Companhia que trata da extinção de Medida Cautelar obtida pela Petrobras em determinado recurso especial.

Com essa nova decisão o fornecimento de gás para essa Usina foi retomado, ainda que o processo sobre a defasagem do preço de gás - alegado pela Petrobras - continue vigente e no aguardo dos desfechos comentados no parágrafo anterior.

#### **g) Contratos de arrendamentos**

Os contratos de arrendamento abaixo mencionados foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições necessárias para a classificação como arrendamento mercantil financeiro.

#### **- Eólicas Beberibe, Pedra do Sal e Projeto Trairi**

Os projetos eólicos da Companhia possuem contratos de arrendamento de terrenos utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os contratos têm parcelas fixas e/ou variáveis e atualização por índices de inflação ou percentuais sobre a receita operacional bruta das empresas. Os prazos dos contratos normalmente são equivalentes ao das autorizações concedidas pela Aneel para a geração de energia.

Em 2012 as despesas com os arrendamentos operacionais nas referidas empresas foram de R\$ 1.501 (R\$ 1.691 em 2011). Os pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

| Ano            | Valor         |
|----------------|---------------|
| 2013           | 1.864         |
| 2014 a 2017    | 9.527         |
| 2018 em diante | 34.121        |
|                | <b>45.512</b> |

#### **h) Contratos para construção em andamento**

##### **- Usina Hidrelétrica Estreito**

O Consórcio Estreito Energia, do qual a controlada CEE participa com 40,07%, possui contratos vinculados à implantação da UHE Estreito, cujos compromissos futuros, na data base de 31.12.2012, são de R\$ 265.892 (R\$ 176.406 em 31.12.2011), dos quais R\$ 106.543 (R\$ 70.686) correspondem à participação da Companhia no consórcio.

##### **- Parques eólicos do Projeto Trairi**

A EEN e suas controladas mantêm contratos vinculados à implantação de parques eólicos no Estado do Ceará. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2012, são de R\$ 316.572 (R\$ 488.516 em 31.12.2011).

#### **i) Modernização das Usinas Hidrelétricas Passo Fundo e Salto Santiago**

Em dezembro de 2012, a companhia assinou contrato com a Voith Hydro Ltda. referente a modernização das usinas hidrelétricas de Passo Fundo e Salto Santiago. O valor total do contrato é de R\$ 383.997, dos quais R\$ 56.219 referem-se a modernização da UHE Passo Fundo, a ser realizada até o ano de 2015, e R\$ 327.778 a modernização da UHE Salto Santiago, a qual deve ser efetivada até o ano de 2017.

### **34.- RISCOS ESPECÍFICOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA**

#### **- Riscos hidrológicos**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

#### **- Riscos ambientais**

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

A eventual exigência de pagamento de custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais poderão resultar em efeitos adversos para os negócios e os resultados da Companhia.

A Política de Meio Ambiente da Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

#### **- Riscos sociais e trabalhistas**

Buscando minimizar riscos trabalhistas presentes em suas atividades, a Companhia conta com políticas e diretrizes de gestão de recursos humanos baseadas em três pilares que são: o reconhecimento e motivação, o desenvolvimento, a saúde e o bem estar. Essas diretrizes fundamentam a identificação e a manutenção de um bom clima organizacional e mitigam os riscos sociais e trabalhistas.

Anualmente, são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrangem todos os empregados da Tractebel Energia e incluem temas como benefícios trabalhistas, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA).

### 35. – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Durante os exercícios de 2012 e de 2011 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

|  | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31.12.2012   | 31.12.2011 | 31.12.2012  | 31.12.2011 |
| Compensação de imposto de renda e contribuição social                      | 14.772       | 3.312      | 16.650      | 8.928      |
| Fornecedores de ativo imobilizado  | 4.821        | 1.900      | 36.900      | 13.331     |
| Juros sobre financiamentos e concessões a pagar capitalizados              | -            | -          | 33.841      | 101.033    |
| Dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio creditados | 852.629      | 771.332    | 852.629     | 771.332    |
| Dividendos propostos a receber de controladas                              | 37.036       | 7.946      | -           | -          |

### 36. – EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Contratação de financiamento

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento no montante de R\$ 142.702, correspondentes a US\$ 70.000, junto ao Nordic Investment Bank, com as seguintes principais condições:

- Juros: IPCA + 3,55% a.a.
- Prazo de amortização: 10 anos.
- Início da amortização: outubro de 2015.
- Custos de captação: R\$ 854, equivalentes a US\$ 420.
- Compromissos contratuais (*covenants*): Controladora - Dívida Total / EBITDA  $\leq$  3,5; Consolidado - Dívida Total / EBITDA  $\leq$  4,5; e Relação EBITDA / Despesas Financeiras  $\geq$  2,0.
- Garantias: não há garantia.

#### Aquisição de projetos eólicos

A Companhia assinou, em janeiro de 2013, o contrato de compra da totalidade do capital social da CLWP Brasil Ltda. (CLWP) pelo valor de R\$ 22.638, que será integralmente pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato. Esse montante corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP é detentora de sete projetos de geração eólica, localizados nos municípios de Umburanas e Sento Sé, no estado da Bahia, com potência instalada conjunta aproximada de 206 MW.

Os controladores anteriores da CLWP também estão desenvolvendo projetos eólicos de mais 150 MW, na mesma região, tendo a Companhia uma opção de compra destes projetos, no valor de R\$ 16.500, condicionada à obtenção de licenciamento ambiental, já em fase adiantada de aprovação.

Em fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu o projeto eólico Flecheiras, localizado no Estado do Ceará e próximo a outros parques já em construção pela Companhia. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente. O valor da aquisição foi de R\$ 850.

Os projetos anteriormente mencionados ainda se encontram em fase de estudos internos de avaliação quanto às suas implantações.

### **Dividendos intercalares propostos**

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 07.02.2013, aprovou a proposta de dividendos intercalares propostos, referente ao resultado apurado no segundo semestre de 2012, no montante de R\$ 576.429, ou R\$ 0,8830904134 por ação. As ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos a partir de 20.02.2013 e o início do pagamento será definido posteriormente pela Diretoria Executiva da Companhia.

---

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

---

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres  
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck  
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner  
Diretor de Desenvolvimento e Implantação  
de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo  
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva  
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani  
Diretor Administrativo

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2013.



---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Maurício Stolle Bähr  
Presidente

Jan Franciscus María Flachet  
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres  
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle  
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert  
Conselheiro

Philip Gotsall Cox  
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa  
Conselheiro

José Pais Rangel  
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro  
Conselheiro

---

## DIRETORIA EXECUTIVA

---

Manoel Arlindo Zaroni Torres  
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck  
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner  
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de  
Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo  
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva  
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani  
Diretor Administrativo

---

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

---

Marcelo Cardoso Malta  
Gerente do Departamento de Contabilidade  
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

## Relatório dos Auditores Independentes – Tipo: sem ressalva



KPMG Auditores Independentes  
Av. Rio Branco, 404 - Sala 1.203 - Torre I  
88015-200 - Florianópolis, SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Central Tel  
Fax  
Internet

55 (48) 3029-6500  
55 (48) 3029-6515  
[www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da  
Tractebel Energia S.A.  
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

*Tractebel Energia S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Tractebel Energia S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2012 e 2011

## Outros assuntos

### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 2.h que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2011. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 07 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 7 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8




Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1



#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre a destinação do Lucro Líquido, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base no relatório dos auditores independentes – KPMG Auditores Independentes – emitido em 7 de fevereiro de 2013, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

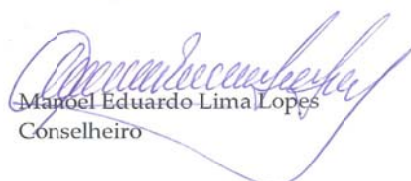
Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013.



Paulo de Resende Salgado  
Conselheiro Presidente



Carlos Guerreiro Pinto  
Conselheiro



Manoel Eduardo Lima Lopes  
Conselheiro